

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Mariane Brotto dos Santos

**Razão e Revolução: As Estratégias Retóricas de Sojourner Truth na Defesa dos Direitos
das Mulheres em um Discurso Histórico**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

**SÃO PAULO
2024**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Mariane Brotto dos Santos

**Razão e Revolução: As Estratégias Retóricas de Sojourner Truth na Defesa dos Direitos
das Mulheres em um Discurso Histórico**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Antonio Ferreira.

SÃO PAULO
2024

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Santos, Mariane Brotto dos
Razão e Revolução: As Estratégias Retóricas de Sojourner
Truth na Defesa dos Direitos das Mulheres em um Discurso
Histórico. / Mariane Brotto dos Santos. -- São Paulo:
[s.n.], 2024.
103p. ; cm.

Orientador: Luiz Antonio Ferreira.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua
Portuguesa.

1. Retórica. 2. Argumentação. 3. Gênero e Raça. 4. Lutas
Sociais. I. Ferreira, Luiz Antonio . II. Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós
Graduados em Língua Portuguesa. III. Título.

CDD

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – nº do processo: 88887.661973/2022-00 e 88887.894832/2023-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – nº do processo: 88887.661973/2022-00 e 88887.894832/2023-00

Mariane Brotto dos Santos

**Razão e Revolução: As Estratégias Retóricas de Sojourner Truth na Defesa dos Direitos
das Mulheres em um Discurso Histórico**

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Antonio Ferreira (orientador)

Prof. Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira

Prof. Dra. Kathrini Butieri

*Dedico aos meus amigos espirituais, aos meus
avós, ao meus pais e às minha irmãs. Sem
vocês nada seria possível.*

AGRADECIMENTOS

É com grande satisfação e profunda gratidão que dedico este momento de agradecimento a todos que contribuíram para a conclusão desta dissertação. Esta jornada acadêmica foi desafiadora, mas também repleta de aprendizados e conquistas, e não poderia ter alcançado este marco sem o apoio de muitos.

Somente um agradecimento não seria o suficiente para aqueles, que mesmo distantes em outro mundo, se fazem presentes em todos os dias da minha vida. Aos meus avós, Osvaldo Brotto e Maria Aparecida Martins Brotto, todo o meu amor, saudade e gratidão por tudo aquilo que construíram.

Aos meus pais, Márcia Brotto dos Santos e Fausto André dos Santos, agradeço pela dedicação, amor e carinho diário nestes 32 anos. Às minhas irmãs, Jacqueline Brotto dos Santos e Monise Brotto dos Santos, o meu muito obrigada por toda ajuda e paciência quando mais precisei, vocês fazem parte dos melhores momentos da minha vida. E ao Luiz Rogério Martinez, por me apoiar em todos os momentos, dividindo esse sonho juntos. O incentivo, compreensão e amor de vocês foi a luz que guiou meus passos, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Agradeço aos meus Santos, Guias e amigos do Astral pelo apoio e direcionamento, sem eles nada disso seria possível.

Expresso minha sincera gratidão à saudosa Prof. Dra. Leonor Lopes Fávero, minha primeira orientadora, a quem devo o início desta jornada e que tanto me ensinou. Ao meu, querido, orientador Prof. Dr. Luiz Antonio Ferreira, cuja orientação perspicaz, paciência e comprometimento foram fundamentais para a realização deste trabalho. Seus conselhos moldaram não apenas o conteúdo, mas também o meu desenvolvimento como pesquisadora. Obrigada por tanto, o meu agradecimento é imenso.

À banca examinadora, Prof. Dr. João Hilton e Prof. Dra. Kathrini Butieri, agradeço pelo tempo dedicado à leitura, análise e avaliação deste trabalho. Suas contribuições e apontamentos são inestimáveis.

Aos meus colegas de curso, em especial à Márcia Pituba, que foi uma mãe em vários momentos nesta jornada, sem você eu também não teria conseguido, Má.

Aos amigos e demais colegas de jornada acadêmica, compartilho minha gratidão pela troca de experiências, debates construtivos e apoio mútuo. A construção do conhecimento foi ainda mais enriquecedora graças a cada um de vocês.

À instituição de ensino, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e aos departamentos envolvidos, meu agradecimento pela infraestrutura, recursos e oportunidades oferecidas ao

longo deste percurso acadêmico.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio e financiamento desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Língua Portuguesa, o meu mais sincero agradecimento, em especial ao Prof. Dr. Jarbas Vargas do Nascimento, seus ensinamentos foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Ao Cláudio Carvalho, nosso ex-secretário do programa, pela ajuda nos primeiros passos e ao Marcos de Oliveira, secretário atual do programa, por toda paciência e auxílio.

Por último, mas não menos importante, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho e para o meu crescimento como acadêmica

Este momento marca não apenas o término de uma etapa, mas também o início de novos desafios. A todos que fizeram parte desta jornada, meu mais sincero agradecimento.

*Eu não sou livre enquanto qualquer mulher for cativa.
Mesmo se as correntes dela forem muito diferentes das minhas.
(Judith Butler)*

RESUMO

Esta dissertação insere-se na linha de pesquisa Texto e Discurso nas Modalidades oral e escrita do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e está fundamentada nos pressupostos teóricos da Retórica, da Nova Retórica e dos estudos sociais de gênero e raça. Empreende-se uma análise retórica do histórico discurso “*Ain’t I a Woman?*” (E Eu Não Sou Uma Mulher?), proferido em 1851, Akron, nos Estados Unidos da América, para um auditório composto, sobretudo, homens e mulheres brancas, por Sojourner Truth, uma mulher negra, subjugada pela escravidão, com o intuito de verificar os efeitos alcançados pela força oratória de Truth ao estabelecer inter-relações entre as provas retóricas fundamentais – *ethos*, *logos* e *pathos* – e os estudos de raça e gênero. Durante esse ato retórico, Truth utilizou uma variedade de técnicas eficazes, para elevar sua voz e advogar pela igualdade, questionar e desafiar as crenças discriminatórias do patriarcado e da escravidão que permeavam a sociedade do século XIX. A contundência retórica e a habilidade oratória consagraram o discurso em análise como um marco histórico significativo na luta pelos direitos das mulheres na contemporaneidade.

Palavras-chave: Retórica. Argumentação. Gênero e Raça. Lutas Sociais.

ABSTRACT

This dissertation is situated within the research strand of Text and Discourse in the oral and written modalities of the Graduate Program in Portuguese Language Studies at the Pontifical Catholic University of São Paulo. It is grounded in the theoretical assumptions of Rhetoric, New Rhetoric, and gender and race social studies. The study conducts a rhetorical analysis of the historical speech "Ain't I a Woman?" delivered in 1851 in Akron, United States, to an audience primarily composed of white men and women by Sojourner Truth, a black woman who had experienced enslavement. The aim is to examine the effects achieved by Truth's oratorical strength in establishing interconnections between fundamental rhetorical proofs – *ethos*, *logos*, and *pathos* – and gender and race studies. Throughout this rhetorical act, Truth employed a variety of effective techniques to amplify her voice and advocate for equality, questioning and challenging the discriminatory beliefs of patriarchy and slavery that pervaded 19th-century society. The rhetorical force and oratorical skill have consecrated the analyzed speech as a significant historical landmark in the contemporary women's rights movement.

Keywords: Rhetoric. Argumentation. Gender and Race. Social Struggles.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Disvisões do Sistema Retórico.....	455
Quadro 2 - Análise dos Argumentos Quase Lógicos	57
Quadro 3 - Análise dos Argumentos Baseados na Estrutura do Real	59
Quadro 4 - O <i>Corpus</i> de Análise	700
Quadro 5 - Análise do <i>Ethos</i> presente no <i>Corpus</i>	744
Quadro 6 - Análise do <i>Pathos</i> presente no <i>Corpus</i>	77
Quadro 7 - Análise do <i>Logos</i> presente no <i>Corpus</i>	7979
Quadro 8 - Análise dos Argumentos Retóricos presentes no <i>Corpus</i>	822
Quadro 9 - Análise dos Argumentos Racionais presentes no <i>Corpus</i>	8787
Quadro 10 - Análise das Argumentos Revolucionáris presentes no <i>Corpus</i>	89

SUMÁRIO

RESUMO.....	10
ABSTRACT	11
1 INTRODUÇÃO	15
2 DAS DEUSAS À MARIA - AS MUDANÇAS NA REPRESENTAÇÃO DO FEMININO	19
2.1 O imaginário feminino.....	19
2.2 Da mulher Deusa ao Corpo Profano	21
2.3 A força do sexo frágil: o surgimento do feminismo	27
2.4 O Feminismo Negro e a Interseccionalidade	31
3 DA RETÓRICA E DA ORATÓRIA	35
3.1 A Retórica Aristotélica e seus desdobramentos	35
3.1.1 O Discurso Retórico	36
3.1.1.1 As Provas Retóricas.....	39
3.1.2 O Sistema Retórico.....	44
3.2 A Nova Retórica e a Argumentação	49
3.2.1 A Teoria da Argumentação de Chaim Perelman e Olbrechts-Tyteca	51
3.2.1.1 O contexto Retórico	52
3.2.1.2 Auditório Particular X Auditório Universal.....	53
3.2.1.3 Acordos e Acordos Prévios.....	54
3.2.1.4 A construção da verdade nos discursos instituídos e dominantes.....	56
3.2.1.5 Os Argumentos Quase Lógicos.....	56
3.2.1.6 Os Argumentos Baseados na Estrutura do Real	59
3.2.1.7 Os Lugares Comuns.....	60
3.2.2 Os desafios Retóricos e Oratórios	61
4 RAZÃO E REVOLUÇÃO – O USO DE ELEMENTOS RETÓRICOS E SOCIAIS NO HISTÓRICO DISCURSO "AIN'T I A WOMAN?"	67
4.1 Entre o homem e o açoite. Quem foi Sojourner Truth?	67
4.2 “Ain’t I a Woman?” (E eu não sou uma mulher?): O corpus da análise	69
4.2.1 Análise retórica do Discurso de Sojourner Truth.....	71
4.2.2 O Ethos Retórico de Sojourner Truth.....	72
4.2.3 Evocando Paixões	75
4.2.4 Desconstruindo estereótipos por meio do Logos	78
4.3 Análise Argumentativa	81
4.3.1 Argumentos Lógicos e Revolucionários	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	97

1 INTRODUÇÃO

Sojourner Truth não foi uma autora de textos escritos. Seu discurso "Ain't I a Woman?" (E eu não sou uma mulher?) proferido, de improviso, na Convenção de Mulheres de Akron, em 1851, destaca-se como um marco significativo na história da luta pelos direitos das mulheres e pela igualdade de gênero e raça nos Estados Unidos do século XIX. Embora, com sua fala, tenha desagradado muitas sufragistas que estavam na convenção, por interligar a causa feminista à causa negra, foi fortemente aplaudida por todos (Davis, 2016). Analfabeta durante toda a sua vida, viu os seus discursos ecoarem e serem consagrados a partir da transcrição e publicação de sua fala enfática; como observamos na voz de Olive Gilbert, a quem ditou sua autobiografia e Frances Gage (1808-1884), feminista e abolicionista, responsável por transcrever e publicar, doze anos depois do evento, o histórico discurso de Truth, objeto de análise do presente trabalho.

Esse discurso histórico representa uma contestação poderosa das narrativas de inferioridade e submissão impostas a mulheres negras na época. Sojourner Truth é um exemplo extraordinário de como a retórica pode ser uma ferramenta de empoderamento e transformação social, até mesmo para aqueles que nunca tiveram contato com seus estudos e técnicas. Nesse sentido, a habilidade dessa mulher analfabeta de improvisar um discurso impactante, contestar veementemente as normas sociais e desafiar os estereótipos de gênero e raça ao alertar para a cruel supressão dos direitos das mulheres negras no século XIX merece estudo e análise detalhada. Truth se recusou a ser silenciada pela narrativa opressiva de sua época. Em vez disso, empregou habilmente uma diversidade de técnicas retóricas para amplificar sua voz e advogar pela igualdade que tanto almejava.

A escolha do discurso de Sojourner Truth, transcrito pela feminista e Presidente da Convenção dos Direitos das Mulheres, em 1851, Frances Dana Barker Gage (1808-1884), e traduzido por Carla Cardoso, como *corpus* de pesquisa é, portanto, justificada pelo seu papel histórico, pelo impacto na promoção dos direitos das mulheres e das mulheres negras e pelo seu exemplo notável de retórica eficaz utilizada como meio de resistência, racionalidade e revolução social, além de exercer influência duradoura na luta por igualdade e justiça.

Uma questão inicial dá mote ao trabalho: de que estratégias retóricas se vale um orador para, por meio de uma eloquência perfeitamente ajustada a um contexto histórico-social e à defesa de uma causa digna, envolver o auditório tão vigorosamente a ponto de promover e revolver a *memoria* social e, assim, transformar um discurso pontual em um marco histórico significativo?

Os fundamentos teórico-metodológicos desta pesquisa abrangem diversas correntes teóricas que vão das bases da Retórica Aristotélica até as contribuições contemporâneas dos neoretóricos, como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Reboul (2019), Campbell *et al.* (2015), Mateus (2018) e Ferreira (2010). Como parte integrante da nossa análise, incorporamos também as perspectivas dos estudos sociais de gênero e raça, a partir do exame das obras de Pesavento (1995), Chartier (1990), Bachelard (1957), Conceição e Santos (2022), Fiorenza (1983), Gebara (2017), Silva (1992), que se debruçam sobre a construção do imaginário feminino. Valemo-nos, ainda, dos pressupostos de pensadoras influentes como Mary Wollstonecraft (1759-1797) e Olympe de Gouges (1748-1793), Simone de Beauvoir (1949) e Judith Butler (1990) para aprofundar a análise. Essas autoras influenciaram fortemente o desenvolvimento das teorias feministas e muito contribuíram para o entendimento de complexidades das questões de gênero. Por fim, para nossa investigação sobre o feminismo negro e a interseccionalidade, exploramos os pensamentos e contribuições significativas de Davis (2016), Hooks (2019) e Crenshaw (1989). Essas vozes desempenham papel vital na ampliação da discussão sobre identidade, opressão e resistência e consideram não apenas o gênero, mas também as interações complexas de raça, classe e outras identidades. A compreensão dos princípios fundamentais da retórica e o seu papel persuasivo favorece uma base conceitual essencial para a análise retórica utilizada por Sojourner Truth em seu discurso.

O presente trabalho tem como **objetivo geral** contribuir para os estudos retóricos e argumentativos, sobretudo para a reflexão das relações entre a linguagem e as lutas sociais ao explorar não apenas as técnicas retóricas utilizadas por Truth, mas também o valor da eloquência dentro das realidades sociais, culturais e históricas do século XIX, momento em que a retórica abolicionista estava em ascensão e em que muitos oradores e escritores afro-americanos usavam suas habilidades retóricas para questionar a escravidão e promover a igualdade racial. Truth, como mulher negra, enfrentava não apenas a discriminação racial, mas também a marginalização dentro dos movimentos de direitos das mulheres. Nessa perspectiva histórico-social, sua voz se torna ainda mais impactante e ganha *status* de baluarte da defesa dos Direitos entrelaçados de gênero e raça durante o século XIX nos Estados Unidos. Por outro lado, Truth, por adaptar adequadamente estratégias retóricas à audiência predominantemente branca e masculina, estremeceu a *doxa* vigente e abalou estereótipos arraigados.

O **primeiro objetivo** específico deste estudo é identificar as estratégias retóricas utilizadas por Sojourner Truth em "*Ain't I a Woman?*" (E eu não sou uma mulher?), a fim de, analisar as técnicas retóricas e estilísticas utilizadas pela autora para dar vigor aos argumentos por meio de provas éticas e patéticas.

O segundo **objetivo específico** refere-se ao estabelecimento de relações entre as estratégias retóricas empregadas por Truth e a contestação dos direitos femininos na sociedade do século XIX, a fim de realçar como as táticas persuasivas de Truth se alinharam com o movimento pelos direitos das mulheres daquela época e de que forma contribuíram para essa causa.

O **terceiro objetivo específico** é revisitar, ainda que brevemente, a literatura que analisa a constituição do feminino, considera a natureza histórico-social complexa que a constitui e leva em conta a interação entre o imaginário feminino e as metamorfoses da imagem da mulher ao longo dos séculos no mundo ocidental.

O presente trabalho divide-se em três capítulos:

I - Inicialmente traçaremos uma análise histórica sobre a construção da representação feminina, moldada por diversos fatores, como a influência da religião, a consolidação das estruturas patriarcais e como as crenças religiosas e as normas sociais contribuíram para a subordinação das mulheres até o surgimento do feminismo como um movimento de resistência e luta contra a opressão sistemática que as mulheres enfrentam¹.

Exploraremos a trajetória desse movimento e comentaremos as ações de suas principais representantes para conformar a evolução histórica do movimento. É fundamental, entretanto, reconhecer que as experiências das mulheres não são homogêneas, pois estão intrinsecamente interligadas com outros elementos de identidade, como raça, classe e orientação sexual. Nesse contexto, o feminismo interseccional, enriquecido pelos estudos de gênero e de raça, traz à luz as múltiplas camadas de opressão que as mulheres enfrentam ao desafiar o feminismo tradicional e apontam para uma abordagem mais inclusiva e considerada justa;

II - Em seguida, faremos uma incursão nos pilares da retórica clássica e contemporânea, por meio da contextualização e narrativa da evolução histórica. A retórica adquire matiz vital quando analisada sob a lente das interseções de gênero e raça. Aristóteles, o renomado filósofo grego, delineou os fundamentos clássicos da retórica, os quais, com o tempo, foram adaptados pelos estudos contemporâneos, notadamente pelas contribuições de

¹ O termo *feminismo* foi primeiro empregado nos Estados Unidos por volta de 1911, quando escritores, homens e mulheres, começaram a usá-lo no lugar das expressões utilizadas no século XIX, tais como *movimento das mulheres e problemas das mulheres*, para descrever *um novo movimento na longa história das lutas pelos direitos e liberdades das mulheres*. Desse modo, o feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, tem qu da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim” (Garcia, 2015, p. 9).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Com base nesses alicerces, surge a nova retórica, uma perspectiva teórica dinâmica que integra elementos da retórica clássica com as complexidades da sociedade contemporânea que exploram novas dimensões comunicativas.

III – O último capítulo faz uma análise retórica do discurso de Truth para mostrar como, sob a ótica da interseccionalidade de gênero e raça, é possível enriquecer a compreensão da retórica como uma aliada na defesa da justiça social e como uma ferramenta poderosa para combater a opressão arraigada na sociedade.

2 DAS DEUSAS À MARIA - AS MUDANÇAS NA REPRESENTAÇÃO DO FEMININO

2.1 O imaginário feminino

Ao longo da história da humanidade, desde o início da sociedade humana, a construção da imagem da mulher exerceu uma influência profunda na formação dos papéis de gênero e nas dinâmicas sociais de poder e submissão. Essa influência foi especialmente marcante na consolidação da posição dominante do homem, que se entrelaçou no tecido do imaginário social feminino.

Por vários séculos e na maioria das sociedades, a mulher apresentava-se como uma deidade, ligada ao sagrado poder da fertilidade e concepção. Com o passar dos séculos, as mudanças nas relações de poder, atreladas a uma religiosidade severa, que estabeleceram a dominação do homem sobre a mulher, condicionaram as representações em torno do feminino e levaram a uma estigmatização das mulheres dentro do modelo patriarcal que foram impressas nos mais variados meios de comunicação (literatura, música, teatro).

Ao investigarmos o contexto da Idade Média, deparamo-nos com a construção de discursos religiosos e clericais que solidificaram concepções sobre a representação feminina e que deu origem a séculos de tratamento opressivo e controlador. Naquele período, os discursos eclesiásticos modelaram uma visão da mulher, vincularam-na à ideia de criação maculada e condenaram-na a uma vida de humilhações e expurgos. Por outro lado, a Igreja buscava reforçar o arquétipo de Maria, mãe de Jesus, como um exemplo de mulher imaculada e casta, referência de pureza e retidão. Esse modelo permitia às mulheres buscar a redenção do pecado original e aspirar à salvação e ao retorno ao paraíso. A dicotomia entre a "mulher santificada" e "mulher condenada", originada no cristianismo, fundamentada no livro de Gênesis, que reforça a submissão da mulher ao ser criada a partir da costela do homem, persiste arraigada na sociedade até os dias atuais (Conceição; Santos, 2022).

Bloch (1995) destaca a criação da imagem feminina a partir de Eva, considerada um subproduto do homem, nascida de sua costela e enganada pela serpente. Isso ratifica a associação da mulher com a carne, o pecado, a ignorância e a estupidez, enquanto o homem é posicionado mais próximo do ideal divino e espiritual, a representação da existência e racionalidade.

À medida que a sociedade se movia em direção à pré-modernidade, especialmente na Europa, a imagem da mulher começou a ser moldada pelo ideal de domesticidade. A mulher passou a ser vista como a guardiã do lar e a perpetuadora das virtudes morais. É relevante

destacar um bom resumo sobre a constituição histórica do imaginário social feminino e da forma como se deu a sua criação, por meio da reflexão de Conceição e Santos:

A partir da formulação de um conjunto de crenças, como a prescrição e regras de comportamento, consolidou-se um estereótipo que representa a mulher de forma generalizada acerca de atributos pessoais que resultaram em crenças individuais, ou partilhadas, sobre a inferioridade feminina em relação ao universo masculino, e cuja pretensão é autorizar um tipo de comportamento que divide as opiniões e servem de fundamento para atos discriminatórios e abusivos em relação às mulheres (Conceição; Santos, 2022, p. 130-131).

A evolução da imagem da mulher ao longo do tempo, então, é um testemunho das profundas transformações culturais, sociais e históricas que permeiam a sociedade. Essas mudanças intrincadas na representação da mulher podem ser compreendidas de maneira mais ampla no momento em que são analisadas em conexão com o conceito de imaginário feminino.

O imaginário feminino encontra suas raízes nas concepções mitológicas e arquétipos culturais, onde a mulher é frequentemente associada a símbolos de fertilidade, mistério e poder. A teoria das representações sociais, desenvolvida por Serge Moscovici (1978) oferece um arcabouço conceitual valioso para analisar como a imagem da mulher é construída e transmitida por meio de diferentes meios, “A teoria das representações sociais constitui-se tendo como pano de fundo a ideia de que o indivíduo extrai categorias de pensamento da sociedade” (Wachelke; Camargo, 2007, p. 380).

Hall (1997) argumenta que as representações são produtos da cultura e que participam na construção de identidades sociais. Na antiguidade, por exemplo, imagens da mulher como deusa ou figura mitológica eram elementos centrais nas representações culturais e refletiam as concepções de poder feminino e sua ligação à natureza.

Diversos estudiosos, dentre os quais se destaca Pesavento (1995), abordam o âmbito do imaginário que perpassa as esferas das representações que desempenham, o papel de veículo para a manifestação de concepções e raciocínios que se materializam em discursos e/ou representações visuais com a intenção de sugerir uma compreensão particular da realidade. Por sua vez, a perspectiva de Roger Chartier (1990) concebe as representações como os modos pelos quais o universo social é apreendido e variam conforme os interesses de segmentos sociais específicos que as institucionalizam, como resultantes dos conhecimentos sociais que coadjuvam na interpretação e atribuição de significado ao contexto social. Nesse sentido, as representações sociais imbricam-se nos discursos e difundem-se por meio da oralidade e da configuração de imagens. Ao abordar a temática de maneira mais pragmática, Robert Muchembled (2006) caracteriza o imaginário social como um fenômeno coletivo construído com base em determinada realidade, e emerge da disseminação de ideias por meio de diversas

formas de expressão presentes na contemporaneidade.

O entendimento do conceito de imaginário, conforme delineado por Castoriadis (1984), lança luz sobre um complexo sistema de imagens, símbolos e narrativas compartilhadas que atuam como fundamento das concepções coletivas de realidade. Assim que aplicadas ao contexto do imaginário feminino, essas representações revelam-se como elementos essenciais na engenharia social da feminilidade. Através dessa lente, fica claro que a imagem da mulher é uma construção cultural dinâmica, influenciada por uma teia intrincada de imagens, valores e símbolos que são compartilhados e interpretados em uma determinada sociedade.

A contribuição de Joan Scott (1989) amplia ainda mais essa perspectiva ao situar a representação de gênero como um processo de alta relevância na formação das interações sociais e identidades. Suas observações reforçam a compreensão de que a representação não é apenas uma mera reprodução visual, mas uma força ativa que molda e reconfigura a percepção das pessoas sobre si mesmas e sobre os outros. A influência da representação de gênero nas relações de poder e nas identidades individuais e coletivas é uma prova concreta da sua importância e profundidade.

A iconografia associada à figura feminina, por exemplo, revela uma diversidade de representações intrincadas e profundas. Sob uma perspectiva simbólica, as figuras arquetípicas que abrangem deusa, virgem e sedutora têm exercido uma influência marcante na construção das imagens femininas.

Gaston Bachelard (1957) oferece uma perspectiva interessante ao sugerir que essas representações arquetípicas emergem dos substratos profundos da psique coletiva e, como tal, desempenham um papel fundamental em moldar a percepção e vivência da feminilidade. A dualidade presente nas representações da mulher como divina e simultaneamente como objeto de desejo e tentação ecoa com as tensões subjacentes e as ambiguidades enraizadas nas estruturas sociais e culturais.

A mulher, nesses arquétipos, é colocada em um espaço de interseção entre o sagrado e o profano, entre o idealizado e o objetificado em um microcosmo complexo da interseção entre o simbólico, o cultural e o social.

2.2 Da mulher Deusa ao Corpo Profano

A relação entre religião e patriarcalismo é uma questão profundamente enraizada na análise das estruturas sociais e culturais das civilizações antigas. Ao adentrarmos os intricados

domínios da sociedade egípcia antiga, somos confrontados com uma interconexão fascinante entre divindades e hierarquia de gênero.

O contexto da sociedade egípcia antiga, a relação entre religião e patriarcalismo apresenta nuances intrigantes. O faraó, que funcionava como intermediário entre os deuses e o povo, encarnava valores de liderança e autoridade masculina. Esta dinâmica é esmiuçada por James P. Allen em "Middle Egyptian: An Introduction to the Language and Culture of Hieroglyphs" (2000), onde ele discute a sacralização da figura faraônica e suas implicações na estrutura patriarcal. Contrapondo a predominância masculina, a deusa Ísis desempenhava uma função essencial como protetora e provedora, era considerada pela sociedade egípcia a personificação dos aspectos maternos e de cuidado.

Já o panteão babilônico, rico em divindades com atributos variados, refletia a complexidade das experiências humanas. No entanto, os mitos de criação e conquista frequentemente enfatizavam valores masculinos de força e dominação e lançavam luz sobre a influência do patriarcalismo. Observa-se que divindades masculinas como Marduque personificavam qualidades que reforçavam as normas de gênero vigentes. Antiseri; Reale (2005), esmiúça a relação entre os deuses babilônicos e as estruturas de poder. Os autores ressaltam como o culto ao deus Marduque, que ocupava um lugar central na religião, estava alinhado com os valores patriarcais de força e liderança masculina. No cerne dessa relação complexa, emerge que as narrativas mitológicas não eram isoladas das estruturas patriarcais da sociedade babilônica. O historiador brasileiro Alberto da Costa e Silva (1992) observa como os mitos eram moldados pelo ambiente cultural em que surgiram. Esse fenômeno se estendia também às deusas, como Ishtar, cuja adoração poderia ser adaptada para concordar com as normas patriarcais dominantes.

Como se percebe, num rastro histórico fundador de uma *doxa* secular, divindades como Zeus — na mitologia grega —, Jupiter — na mitologia romana — e Rá — na mitologia egípcia — personificavam a autoridade e o poder supremo, reflexo da posição dominante dos homens na sociedade. Em contrapartida, as divindades femininas estavam sempre atreladas a características ligadas ao universo maternal como a fertilidade, lar e o amor. Zeus, por exemplo, a autoridade suprema do panteão grego, simbolizava o poder e a supremacia, enquanto Hera, sua esposa, ainda que uma divindade ligada à família e o casamento, se posicionava hierarquicamente abaixo dele.

A Roma Antiga, por exemplo, exhibe um entrelaçamento íntimo entre religião e patriarcalismo. A reverência a Júpiter, reconhecido como o "*Optimus Maximus*" e o pai dos deuses, emerge como um exemplar da idealização romana de masculinidade dominante e poder,

a reverência a Júpiter consolidava as noções romanas de poder patriarcal, e estabelecia paralelos entre a figura divina e a autoridade masculina na sociedade. Paralelamente, a posição da sacerdotisa Vesta, na sociedade romana, reflete as amálgamas entre religião e feminilidade idealizada. A sacerdotisa, incumbida da manutenção da chama sagrada da cidade, personificava a pureza virginal. A obra de Mary Beard, "Mulheres e Poder: Um Manifesto" (2018), explora a relação entre as mulheres e o poder nas sociedades antigas e evidência como a virgindade da sacerdotisa não apenas a conectava à deusa Vesta, mas também a submetia a uma forma de influência que reforçava as normas patriarcais.

Como mostramos, as mulheres já eram consideradas inferiores aos homens e suportavam diversas restrições em seu cotidiano. Sempre mansas, fiéis e pacíficas, objetos das vontades e prazeres masculinos, não tinham o direito de escolha ou opinião; eram propriedades de homens desde o seu nascimento e trocavam de “donos” ao longo de suas vidas. Inicialmente, eram domínio de seus pais, avós, tios ou irmãos — na ausência destes, algum tutor — após o casamento, se tornavam posse de seus maridos, mas podiam se tornar esposas de seus cunhados, sogros, ou aqueles que melhor defendessem os interesses familiares, nos casos de falecimento do cônjuge. O papel social da mulher, na sociedade antiga, era manter a legítima descendência e total fidelidade ao seu detentor. A mesma retidão, no entanto, não era esperada dos homens. Embora o patriarcado esteja presente na sociedade desde o período Arcaico (entre 800 a.C. e 500 a.C.), é somente a partir dos anos 70 do século XX, através do feminismo radical, que é dada a primeira definição ao termo:

Forma de organização política, econômica, religiosa, social baseada na ideia de autoridade e liderança do homem, na qual se dá o predomínio dos homens sobre as mulheres; do marido sobre as esposas, do pai sobre a mãe, dos velhos sobre os jovens, e da linhagem paterna sobre a materna. O patriarcado surgiu da tomada de poder histórico por parte dos homens que se apropriaram da sexualidade e reprodução das mulheres e seus produtos: os filhos, criando, ao mesmo tempo, uma ordem simbólica por meio dos mitos e da religião que o perpetuam como a única estrutura possível (Reguant apud Garcia, 2015, p. 13).

A relação entre as antigas religiões e o patriarcalismo é uma questão complexa, pois envolve a análise das estruturas sociais, culturais e crenças das civilizações antigas. A forma como as antigas religiões interagiam com o patriarcalismo variava amplamente, a depender dos contextos históricos específicos. Em muitas sociedades antigas, as religiões desempenhavam um papel fundamental na legitimação das estruturas patriarcais de poder, frequentemente, se manifestava por meio da associação entre as divindades masculinas e as qualidades e atributos que apresentavam como força, liderança e sabedoria estratégica, consideradas características superiores.

Tão logo analisamos o judaísmo, nos deparamos com uma única deidade. Uma figura

masculina, o Grande-Pai, onipresente e onipotente, que representa a organização social e política hebraica; esta foi a religião que serviu de berço para a criação do cristianismo e do islamismo. O discurso religioso judaico, alicerçado na figura do patriarca, instituiu os papéis para os homens e mulheres em uma sociedade. Aos primeiros caberia a função de prover e, conseqüentemente, a de gerir esta sociedade; para as mulheres, a tarefa de gestar, cuidar dos filhos e alimentá-los. Alicerçados nas sagradas escrituras e nas passagens da criação da mulher a partir de uma costela do homem, impuseram obrigações e restrições ao reafirmarem a relação de subserviência e obediência da mulher em relação ao homem, com a justificativa de ser esta a vontade de Deus. A relação entre o homem à semelhança de Deus catapultou as mulheres para o outro extremo da relação com o divino, pois para ser semelhante a Deus, a mulher deveria renunciar à sua própria identidade.

Para além dos julgamentos relegados à Eva, estão aqueles direcionados a Lilith — a quem se destina o cargo de primeira esposa de Adão — seu nome, poucas vezes mencionado em escrituras religiosas e em todas retratadas das mais diabólicas formas, se deve ao fato de sua imagem transgressora, insubmissa — que questionava os direitos e cortesias dispensadas somente ao seu companheiro —, se mostrava como uma ameaça para os ideais da Igreja Católica que, apesar de tudo, viam em Eva a figura de uma mulher mansa e ingênua — pecadora — que, embora desobediente e fonte de perversão, poderia ser controlada, mais um argumento para reforçar o fantasioso cenário criado da necessidade da proteção e orientação masculina. Diante disto, o nome de Lilith foi apagado do imaginário religioso e relegado a cultos pagãos. Ela é a primeira representação da marginalização e silenciamento da figura feminina insurgente pelo patriarcado. Sobre Lilith, Gaines (2021) traça alguns apontamentos:

Suas origens obscuras estão na demonologia babilônica, onde amuletos e encantamentos foram usados para contrariar os poderes sinistros deste espírito alado que atacavam mulheres grávidas e crianças. Lilith seguinte migrou para o mundo dos antigos hititas, egípcios, israelitas e gregos. Ela faz uma aparição solitária na Bíblia, como um demônio deserto evitado pelo profeta Isaías. Na Idade Média, ela reaparece em fontes judaicas como a primeira esposa de Adão terrível (Gaines, 2021, p. 1).

É indiscutível o papel do judaísmo como fundamento para o pensamento cristão ocidental, como responsável por legar à nova religião a mentalidade patriarcal e a noção de submissão feminina, as quais são intrínsecas aos ensinamentos do Antigo Testamento. Ivone Gebara (2017), em suas análises, proporciona uma investigação aprofundada sobre como os textos religiosos cristãos contribuíram de maneira substancial para a construção das normas patriarcais.

A análise de Gebara (2017) se alinha à perspectiva de teóricas feministas como

Elizabeth Schüssler Fiorenza (1992), professora de assuntos religiosos e especialista em teologia feminista, que examinou como as epístolas paulinas têm sido interpretadas seletivamente para justificar a dominação masculina e a submissão feminina. O estudo de Fiorenza ressalta que, dentro dessas escrituras, o apóstolo Paulo delineou estruturas de autoridade que se sobrepunham à submissão das mulheres. As epístolas frequentemente citadas, como as destinadas aos Coríntios e a Timóteo, têm sido interpretadas, em grande medida, para justificar as hierarquias de gênero e promover a posição subordinada da mulher na esfera religiosa e social. Para Fiorenza (1992) a Bíblia é usada como arma política contra a emancipação das mulheres; a Bíblia é um livro político e patriarcal.

A interligação entre o judaísmo e o cristianismo como perpetuadores da mentalidade patriarcal é corroborada por trabalhos como o de Ruether (1983). A autora argumenta que a tradição religiosa influenciou profundamente as perspectivas em relação ao gênero e à submissão, um impacto na consolidação da visão da mulher como subordinada. A análise de Ruether aprofunda ainda mais o entendimento de como as raízes judaico-cristãs desempenharam um papel fundamental na formação das normas patriarcais e lançaram uma luz crítica sobre a herança histórica que influencia a construção das identidades de gênero. Portanto, é inegável que o judaísmo exerceu uma influência duradoura sobre o pensamento cristão ao transferir as normas patriarcais que moldaram a construção das identidades de gênero.

Que a mulher aprenda em silêncio com total submissão. Não permito que a mulher ensine nem se arrogue autoridade sobre o marido, mas permaneça em silêncio. Pois o primeiro a ser criado foi Adão, depois Eva. E não foi Adão que se deixou iludir e sim a mulher que, enganada, incorreu em transgressão. (1ª Carta de São Paulo a Timóteo, 2: 11-14).

De fato, o marido é a cabeça da sua esposa, assim como Cristo, salvador do Corpo, é a cabeça da Igreja. E assim como a Igreja está submissa a Cristo, assim também as mulheres sejam submissas em tudo a seus maridos (Carta de São Paulo aos Efésios, 5: 22-24).

Entre Lilith — o mito da primeira mulher criada pelo Deus judaico cristão, antes mesmo de Eva — e a virgem Maria, há um gigantesco vácuo que abriga todas as outras mulheres da humanidade. Algumas estão mais próximas da rebeldia da criação-prima de Deus, que recusou a submissão à Adão, e outras avizinhas ao exemplo de Maria Santíssima, o expoente de castidade e pureza da Igreja Católica. Entretanto, ao longo da história, as mulheres foram doutrinadas para desenvolver uma autoimagem de pecadoras, assim como Eva — que desobedeceu à proibição divina — ou Maria Madalena que, embora não haja registros bíblicos ou históricos que alicercem o mito, ficou historicamente maculada como aquela que transformou seu corpo em fonte de luxúria. Dessa forma, viveram (e muitas ainda vivem) em uma constante e inconsciente busca por sacrifício, autoanulação e submissão como forma de

remir os pecados cometidos por si e por todas aquelas que as precederam:

Ainda, as mulheres se dividiam entre as conventuais, consideradas castas, que em seus votos religiosos padeciam da mesma piedade e misericórdia Mariana, e se enclausuravam para orar pelos pecadores. As outras, vistas como mulheres “erradas”, miseráveis e ignorantes, embebidas na concupiscência, destinavam seus corpos à satisfação dos clérigos e senhores em troca de pão e subsistência. O milagre da vida e sobrevivência era obtido às custas de relações insalubres, vis e pecaminosas, muito distantes do ideal de amor e caridade difundido pela Santa Fé (Conceição; Santos, 2022, p. 131).

O avanço da influência cristã e a sua subsequente consolidação de hegemonia, notadamente a partir do século IV com o imperador Constantino, desencadearam uma complexa intersecção de questões ligadas ao patriarcalismo. Nesse contexto, emergiu uma convicção arraigada: o homem, enraizado na crença de ser a imagem e semelhança divina, ocupava uma posição de predomínio na estrutura social. Enquanto isso, a mulher, por sua vez, era posicionada em um nível subalterno ao representar uma figura fiel e submissa. A Santa Sé, guiada por uma preocupação em separar as interações entre homens e mulheres, endossou a prática de condenar o corpo feminino. Nesse âmbito, as palavras de Santo Agostinho (354 d.C – 430 d.C) em *De Trinitate* atuaram como um pilar filosófico a sustentar tais concepções. Agostinho sustentava que o homem refletia a natureza de Deus tanto em corpo quanto em alma, enquanto a mulher, embora pudesse ecoar o espírito divino através de sua alma, encontrava em seu corpo um obstáculo para o exercício da razão. Essa perspectiva se traduzia em um entendimento de que somente o homem, como a criação primordial, era capaz de transmitir a imagem do Deus Pai.

A análise do pesquisador Silveira (2016) ressalta a natureza assimilativa do cristianismo em relação aos valores preponderantes da sociedade patriarcal. Ao incorporar tais valores, a religião fortificou ainda mais a subordinação das mulheres. A relação simbiótica entre as estruturas patriarcais existentes e as doutrinas cristãs repercutiu diretamente na consolidação da hierarquia de gênero, onde a mulher era relegada a um papel submisso e limitado. O entendimento da mulher como figura subalterna, impulsionado por figuras como Santo Agostinho, serviu para perpetuar um sistema de desigualdade de gênero.

Se faz premente, os estudos trazidos por Conceição e Santos (2022):

O casamento é a carta institucional utilizada pela Santa Igreja para defender os homens da lascívia feminina, subjugando-as a um contrato de submissão e mansidão, ao seu esposo, por toda a vida, embora a Igreja incentivasse fortemente às mulheres a seguirem o exemplo de Maria Santíssima e se mantivessem puras, em matrimônio com Cristo, seguindo o caminho do claustro.

Entre Eva e Maria, mãe de Jesus — pelo meio do caminho — estava Maria Madalena que de certa forma reunia os atributos de ambas e se aproximava, da condição de mulher real e não santificada — uma vez que, biologicamente, não é possível conceber e manter-se virgem —, aquela que, ainda que pecadora, ao seguir o caminho de Jesus, se arrependeu de seus pecados carnavais e foi salva; a partir de então, se torna instrumento de redenção a ser seguido por todas as outras mulheres, pecadoras como ela que desejam alcançar a salvação (Conceição; Santos, 2022, p. 133).

Nesta mesma esteira, entender o conceito de androcentrismo nos auxilia na compreensão do porquê durante séculos as mulheres se viram como suas próprias algozes, culpadas pela violência que sofriam.

A perspectiva androcêntrica considera as visões, perspectivas e experiências masculinas como normativas e universalmente aplicáveis, enquanto coloca as mulheres como desvios dessa norma. Essa abordagem exerceu uma influência significativa nas convenções culturais, instituições e práticas sociais ao contribuir para a consolidação da desigualdade de gênero e para a submissão e inferiorização das mulheres. É crucial observar que essa visão androcêntrica tem raízes profundas, remonta aos primórdios das civilizações, e atingiu o seu ápice durante o surgimento das religiões monoteístas. Contudo, é ainda mais essencial reconhecer a persistência e predominância dessa abordagem nas sociedades modernas.

Um bom exemplo de androcentrismo são os meios de comunicação. A visão androcêntrica do mundo decide e seleciona quais fatos, acontecimentos ou personalidades são notícias, quais serão primeira página e a quem ou ao que dedicar tempo e espaço. Essa mesma visão também decide que o explicará diante dos microfones, quem dará a chave dos acontecimentos. Como os meios de comunicação configuram a visão que a sociedade tem do mundo, perpetuam, em pleno século XXI, a visão androcêntrica (Cardoso, 2018, p. 12).

Essa dinâmica reforça estereótipos de gênero, limita as oportunidades para as mulheres, e perpetua relações desiguais nas esferas sociais, econômicas e políticas.

2.3 A força do sexo frágil: o surgimento do feminismo

O feminismo é, essencialmente, um movimento social e político e teve o seu berço na Europa no século XIX. Instituiu-se pela busca de igualdade de gênero e rompimento com a opressora sociedade patriarcal que subjugava as mulheres desde tempos imemoriais.

Até o Renascimento a ideia que imperava era a de uma profunda desigualdade tanto das capacidades intelectuais e cognitivas entre homens e mulheres quanto da função dos dois sexos em relação aos papéis sociais. As novas pautas, introduzidas no século XVI, a partir do humanismo propugnado, por exemplo, por Erasmo de Roterdã, não romperam totalmente com toda a misoginia herdada. No Renascimento ouviam-se ecos medievalistas que consideravam a mulher um ser inferior. Bispos e teólogos defenderam que a mulher é “naturalmente” inferior ao homem, destinada a obedecer-lhe e, por isso, não podia exercer funções de poder, como o sacerdócio (Garcia, 2015, p. 21).

A narrativa clássica do feminismo se dá diante a contradição entre os princípios iluministas evocados pela Revolução Francesa e as convenções sociais que a sociedade europeia abarcava à época.

É pertinente ressaltar que, apesar da introdução de um novo paradigma centrado na autonomia humana durante o Renascimento, essa autonomia não se estendia às mulheres. Contudo, as repercussões do culto renascentista ao gênio e à inteligência foram marcantes para

as mulheres.

A ênfase na importância da educação não apenas desencadeou a produção de numerosos tratados pedagógicos, mas também catalisou um debate sobre a natureza e os deveres dos sexos, como resultado, tivemos o desenvolvimento de um diálogo intenso conhecido como *Querelle de Femmes*, que ecoou ao longo de muitos séculos.

Certas autoras destacam que as características da *querelle* podem ser consideradas como fundamentais para o feminismo, especialmente devido ao desenvolvimento de uma teoria no sentido mais original do termo. Os três elementos basilares desse pensamento abrangem a oposição dialética à misoginia, o embasamento dessa oposição na contemporânea ideia de "gênero" e a possibilidade de universalização da questão que transcende o sistema de valores da época e apresentam uma autêntica concepção global da humanidade. (Garcia, 2015)

As mulheres, engajadas na *Querelle*, insurgiram-se contra uma sociedade que as preparava para um papel estritamente limitado, e revelaram a exclusão das mulheres no ideal universal de *humanitas*. Essa situação paradoxal despertou nelas uma consciência simultaneamente moderna e feminista, vão desafiar as normas previamente estabelecidas e reivindicar uma participação plena e equitativa na construção da sociedade.

No século XIV, ainda muito longe do surgimento dos prósperos conceitos de cidadania e igualdade, Christine de Pizan (1363-1431) emerge como a primeira mulher escritora profissional, que retirava deste ofício o sustento de seus filhos, após o falecimento de seu esposo. Em sua mais notável obra, *A Cidade das Mulheres*, de 1405, Pizan insurge contra a tradição misógina, de insultar e excluir as mulheres, perpetrada pelas relevantes personalidades masculinas que integravam a sociedade medieval. A escritora cria, então, um espaço utópico em que as mulheres pudessem habitar em segurança e dotado de princípios embrionários de cidadania. Por meio de sua obra, Piza possibilita que as mulheres se reconheçam como sujeitos dignos de direitos e possuidores das mesmas qualidades, como a inteligência, que até então eram apenas referenciadas aos homens.

Uma cidade levantada e edificada para todas as mulheres de mérito, as de ontem, hoje e de amanhã.

[...] As mulheres que a história, a mitologia e as lendas consagraram após demonstrar seu gênio, sua constância, sua arte, suas virtudes, seu valor na guerra, igualando-as por seus méritos e não por sua condição de nascimento ou posição social. A cidade que fundarás com nossa ajuda nunca desaparecerá, mas sempre florescerá; pese a inveja dos seus inimigos, resistirá a muitos assaltos sem ser jamais tomada ou vencida (Pizan apud Garcia, 2015, p. 23-24).

Séculos após Pizan, ainda na Europa, a sociedade ainda se mantinha intrinsecamente patriarcal, os tão conhecidos ideias iluministas de liberdade, igualdade, fraternidade, racionalidade e objetividade que se apresentavam como revolucionários e progressistas, não se

aplicavam à universalidade como exprimia a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, mas apenas ao gênero masculino, instituído como o racional. Dessa forma, às mulheres foi renegado o direito à vida pública. Desta clara violação, insurgiram teóricas como Mary Wollstonecraft (1759-1797) e Olympe de Gouges (1748-1793), que passaram a questionar a ordem social imposta e reclamar a posição das mulheres como parte desta ordem política e social. A obra “Reivindicação dos direitos das Mulheres” de autoria de Wollstonecraft, originalmente publicada em 1792, representa um marco transgressor da primeira fase do feminismo.

Seus principais pleitos eram corolários da razão iluminista: demandava autonomia e educação às mulheres, igualdade no casamento e enfatizava a importância do trabalho reprodutivo. Um ano antes, de Gouges publicar a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, indicando, com os argumentos levantados pela Revolução Francesa, que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em verdade, não concedia direitos às mulheres e o “homem” sozinho não representaria a humanidade (Korus, 2017, p. 113).

Por meio da análise dos escritos de outra teórica, Harriet Taylor Mill (1807-1858), Korus (2017) indica que há diversos interesses que, em alguma medida, modelam a personalidade feminina e reafirmam, continuamente, estereótipos que projetam a subordinação e nutre as relações de poder e gênero. Um destes estereótipos é o da falta de racionalidade nas mulheres.

Mais adiante, para as sufragistas como a norte-americana Elizabeth Cady Stanton (1815-1902), o foco deveria estar no discurso, ao colocar os elementos mulher, direitos e cidadania no mesmo bojo. Para Stanton, permitir às mulheres o direito ao voto seria o primeiro passo para a emancipação do grupo e impactaria positivamente na construção do processo democrático e nivelamento político. Porém, o movimento sufragista se mostrou conflituoso e, *a posteriori*, racista com a questão da abolição da escravatura (Davis, 2016), ao reduzir o grupo a uma única coletividade o movimento deixou de lado a interseccionalidade do feminismo e as outras lutas que, embora distintas, se interligavam de alguma forma.

O surgimento do movimento feminista desencadeou uma análise profundamente crítica da representação histórica da mulher e isso estimulou um questionamento vigoroso das narrativas convencionais e dos arraigados estereótipos de gênero. Um marco de notável significado dentro deste panorama é a publicação de “O Segundo Sexo” por Simone de Beauvoir (1949). Nesta obra seminal, a autora proclama de maneira icônica que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. A densidade intrínseca dessa afirmação advoga por uma compreensão fundamental: a identidade feminina não é um fenômeno inato e estático, mas sim uma construção, intrinsecamente influenciada por fatores sociais, culturais e históricos. A

análise de Beauvoir transcende a limitação do determinismo biológico e provoca uma perspectiva crítica sobre a interação complexa pela qual a cultura contribui ativamente para a moldagem das identidades de gênero.

Praticamente, assim como para os antigos havia uma vertical absoluta à qual se definia a oblíqua, há um tipo humano absoluto, o qual é o tipo masculino. A mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade; diz-se de bom grado que ela pensa com suas glândulas. O homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônios e testículos. Encara o corpo como uma relação direta e normal com o mundo, que acredita apreender na sua objetividade, ao passo que considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo, uma prisão. 'A fêmea é fêmea em virtude de certa *carência* de qualidades', diz Aristóteles. 'Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural'. (...) A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo (Beauvoir, 2016, p. 12).

De fato, o argumento de Beauvoir ecoa as teses pioneiramente elaboradas pela teoria feminista. Suas reflexões antecipam a crítica contemporânea à essencialização do gênero, conforme abordado por Judith Butler (1990) em "Gender Trouble". Butler desafia a noção de que o gênero é uma propriedade inata ou puramente biológica e destaca como é, ao invés disso, uma performance que emerge mediante práticas sociais e discursivas. Ao examinar a performatividade de gênero, Butler complementa as ponderações de Beauvoir e reforça a concepção de que a construção da identidade de gênero é um processo altamente influenciado pelas complexidades culturais e sociais. A perspicácia de Beauvoir reside não apenas na desconstrução da identidade feminina, mas também na sua habilidade de situar essa desconstrução em um contexto histórico e cultural mais amplo. Sua análise antecipou os avanços subsequentes na compreensão das identidades de gênero como intrinsecamente ligadas às interações sociais e culturais.

No âmbito desse contexto, o feminismo emerge como um contraponto desafiador à imagem tradicional da mulher como um ser submisso e passivo. O movimento feminista, impulsionado por mulheres como a sufragista Emmeline Pankhurst (1858-1928), a teórica Betty Friedan (1921-2006) e a filósofa Judith Butler (1956- até o presente), entre outras, contestou a objetificação e a marginalização histórica das mulheres, ao reivindicar um espaço legítimo e crucial para as mulheres como agentes de mudança social e intelectual. Uma característica definidora do feminismo é seu ímpeto em questionar e desestabilizar as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade de gênero, para além, busca reconfigurar os discursos e as representações que moldam a compreensão pública das mulheres. Como argumenta Hooks (2019), o feminismo instiga uma "política da representação" que busca reescrever as narrativas hegemônicas e desafiar as representações reducionistas das mulheres.

Em síntese, a ascensão do feminismo como um movimento teórico e prático complexo e multifacetado trouxe consigo uma avaliação crítica da representação da mulher na sociedade. A visão de Simone de Beauvoir sobre a construção social da identidade feminina serve como uma fundação conceitual crucial para compreender como as representações da mulher são influenciadas por fatores culturais, históricos e sociais. O feminismo, como força motriz dessa análise crítica, tem trabalhado incansavelmente para desafiar a imagem da mulher como submissa e abrir caminho para uma redefinição do papel e da voz das mulheres como agentes ativos na transformação social e intelectual.

2.4 O Feminismo Negro e a Interseccionalidade

Na análise das questões de gênero, um aspecto crucial destaca-se na reflexão sobre a natureza como determinante das categorias distintivas entre o masculino e o feminino. O sociólogo Pierre Bourdieu (2012), em seu trabalho "A Dominação Masculina", destaca que a divisão entre os sexos parece ser uma ordem natural e inevitável, objetivada no mundo social e incorporada nos corpos e nos habitus dos agentes. Essa naturalização dos corpos, segundo Bourdieu, estabelece a divisão de atividades e funções e resulta em relações assimétricas entre os sexos, com o patriarcado se impondo por meio de sistemas de pensamento e linguagem legitimados, objetivos e universais, que perpetuam a opressão sobre o gênero feminino (Bourdieu, 2012).

No momento em que abordamos as relações étnico-raciais, emerge uma perspectiva de construção social similar, explorada por pensadores que, ao examinar o racismo e o colonialismo, refletem sobre a formação de condições de diferenciação e dominação racial. Frantz Fanon, em "Pele Negra, Máscaras Brancas", argumenta que o racismo e o colonialismo são construções sociais que moldam a percepção e a vivência do mundo. Para Fanon, a linguagem do colonizador é considerada a "verdadeira" e impõe a sua interpretação da realidade aos colonizados, nesse caso, os negros. Dessa forma, os colonizados passam a existir do ponto de vista do outro, dos colonizadores (Fanon, 2008).

Tanto nas questões de gênero quanto nas étnico-raciais, surgem reações contra os sistemas opressivos. Os movimentos de resistência, como os feministas e negros, questionam não apenas a naturalização das desigualdades entre os diversos grupos da sociedade, mas também a necessidade de superação dessas desigualdades, esses movimentos reconhecem a existência legítima dos grupos oprimidos e, em meio a esse debate, surge a questão das condições das mulheres negras, cujas experiências de opressão se entrelaçam nas dimensões de

gênero e étnico-raciais.

Diante dessa interseção de opressões sobre as mulheres negras, as vivências da opressão se configuram de maneira única e exigem uma compreensão específica do lugar dessas mulheres no cruzamento interseccional entre gênero e raça que resulta, muitas vezes, em opressão de classe. O feminismo negro surge como uma resposta a essas peculiaridades, que só podem ser compreendidas se considerado o contexto complexo dessas interseções que revelam a heterogeneidade do existir feminino que não suporta a universalidade imposta pelo feminino branco.

Audre Lorde (1984), uma das figuras proeminentes no feminismo negro, enfatiza a importância de reconhecer e valorizar a diversidade de experiências dentro da comunidade de mulheres negras. É fundamental discutir esses conceitos à luz de teorias e pensadores relevantes, como Kimberlé Crenshaw (1989), Angela Davis (2016), Bell Hooks (2018) e Granada Kilomba (2012).

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. (...) Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função do “outro” do outro (Kilomba *apud* Ribeiro, 2016, p. 100).

A interseccionalidade, enquanto ferramenta teórica e metodológica, é empregada pelas feministas negras para analisar a inseparabilidade estrutural entre patriarcado, sexismo e racismo, e suas interações que geram múltiplas formas de opressão sobre as mulheres negras. Kimberlé Crenshaw (1989) jurista e defensora dos direitos civis, cunhou o termo no contexto da crítica às leis antidiscriminação dos EUA. Sua abordagem questiona a visão tradicional que trata discriminações racial e de gênero como categorias distintas, ao propor a existência de grupos sobrepostos.

Crenshaw argumenta que a exclusão das sobreposições na visão tradicional contribui para a marginalização das mulheres de pele negra em práticas tradicionais de direitos civis e humanos. distingue três espécies de discriminação: contra grupos específicos, discriminação mista ou composta e subordinação estrutural. O último tipo, subordinação estrutural, não resulta de discriminação ativa, mas do peso combinado das estruturas de raça e gênero, que marginaliza especialmente as mulheres negras na base da estrutura socioeconômica.

Cunhada por Kimberlé Crenshaw, em 1989, a interseccionalidade é um marco teórico crucial para entender as interações complexas entre diferentes formas de opressão. A ativista

argumenta que as mulheres negras enfrentam uma opressão única que não pode ser compreendida ao analisar separadamente a opressão de gênero e a opressão racial.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

O termo propõe uma análise que reconhece a interconexão e a sobreposição de múltiplas identidades e formas de discriminação.

O conceito sugere que em contextos específicos, diferentes categorias sociais e biológicas, como sexo, gênero, raça, sexualidade, religião e classe se intersectam e interagem, gerando um sistema de opressão que revela a interseção de múltiplas formas de discriminação. A interseccionalidade pode ser mobilizada de modo a dirigir-se às diversas falhas - judiciais e políticas - dentro do feminismo e do movimento negro que não são capazes de explicar por si sós, as situações em que a discriminação não é só ao gênero, ou à raça, mas à combinação destas duas categorias (Silva, 2016, p. 1).

Nesse contexto, o feminismo negro reconhece que a opressão das mulheres negras não pode ser abordada isoladamente. As experiências das mulheres negras são moldadas pela interseção de gênero, raça, classe e outros aspectos de suas identidades. O movimento busca desafiar estereótipos prejudiciais, promover a inclusão e transformar estruturas de poder que perpetuam a desigualdade sistêmica. Ao adotar a interseccionalidade como uma lente de análise, reconhecemos que as mulheres negras enfrentam discriminação tanto devido a seu gênero quanto de sua raça.

Numa perspectiva pioneira, datada de 1851, um período significativamente anterior à cunhagem do termo "Interseccionalidade" e à concepção do feminismo negro, Sojourner Truth já lançava questionamentos acerca da marginalização da mulher negra no contexto da busca por direitos promovida pelo movimento feminista. Essa postura precursora evidencia a existência de vozes que, desde épocas passadas, abordavam as interseções complexas entre gênero e raça, mesmo antes da formulação formal desses conceitos nos estudos contemporâneos de ciências sociais.

A participação ativa das mulheres negras na luta pela abolição da escravidão nos Estados Unidos e nos movimentos feministas brancos que buscavam a igualdade dos direitos políticos através do sufrágio é indiscutível. Contudo, após a conquista da abolição, o movimento feminista branco, incapaz de reconhecer a intensificação da opressão quando as dimensões de raça e sexo eram entrelaçadas, excluiu inadvertidamente as mulheres negras de suas agendas de luta, transformando-se em uma ferramenta de opressão para esse grupo específico. Essa ruptura resultou na divisão do feminismo nos Estados Unidos entre o feminismo branco e o feminismo

negro (Davis, 2016).

Velasco (2012) destaca que o final do século XIX e o início do XX nos EUA testemunharam uma aliança entre homens e mulheres negras, que se uniram contra a segregação imposta pelo movimento sufragista liderado pelo feminismo branco de origem burguesa. A autora argumenta que, enquanto o feminismo branco moderno se desenvolvia com base na afirmação de Simone de Beauvoir de que "não se nasce mulher, torna-se mulher", o discurso proveniente do feminismo negro nasce de uma negação, exclusão, de um questionamento como o proferido por Sojourner Truth "Ain't I a Woman?" (E eu não sou uma mulher?).

Outra distinção apontada por Velasco entre o feminismo branco e o feminismo negro nos EUA reside no caráter construtivista do primeiro em relação à categoria mulher, enquanto o segundo se propunha a reivindicar e reconstruir simultaneamente a identidade da mulher. Isso ocorre porque a mulher negra é socialmente desconsiderada como pessoa ou mulher, o que as faz enfrentar desafios mais significativos e um conjunto mais amplo de discriminações e opressões. A perspectiva do feminismo negro, assim, emerge como uma resposta específica à não-categorização social da mulher negra, e busca redefinir e reafirmar sua identidade diante de uma sociedade que historicamente as negligenciou.

A atuação de Sojourner Truth não apenas antecipou debates fundamentais sobre interseccionalidade, mas também ressoou ao longo do tempo, com a influência de pensadoras subsequentes que contribuíram para a consolidação do feminismo negro. O contexto histórico em que Truth se destacou é crucial para entender a necessidade de considerar as diferentes camadas de opressão que as mulheres negras enfrentavam e ainda enfrentam. Sua crítica à marginalização durante a busca por direitos femininos representa um marco inicial na articulação das lutas simultâneas contra o sexismo e o racismo.

Ao correlacionarmos essa perspectiva histórica com os estudos contemporâneos de feminismo negro e interseccionalidade, observamos uma continuidade nas reflexões críticas sobre a experiência da mulher negra. Como já visto, autoras como Bell Hooks (2018), Angela Davis (2016) e Kimberlé Crenshaw (2002) ampliaram essas discussões ao examinar as interseções não apenas de gênero e raça, mas também de classe social, orientação sexual e outras dimensões identitárias.

Se, no século XIX, Sojourner Truth abordava a marginalização racial dentro do feminismo emergente, as teóricas contemporâneas expandem essas análises e buscam uma compreensão mais completa das interações complexas entre sistemas de opressão.

3 DA RETÓRICA E DA ORATÓRIA

3.1 A Retórica Aristotélica e seus desdobramentos

Com Aristóteles (384 a.C - 322 a.C), um dos maiores pensadores grego, vieram as contribuições que impactaram sobremaneira os estudos retóricos, foi a partir de seus ensinamentos que a retórica passou a abarcar o conceito de arte de persuadir através da utilização do raciocínio lógico. Para Tringali, “a finalidade da Retórica aristotélica é persuadir e, ao mesmo tempo, esta finalidade especifica o discurso retórico em oposição ao discurso não retórico” (Tringali, 1988, p. 22).

Aos 17 anos, Aristóteles (384 a.C - 322 a.C), ingressou na academia de Platão onde ficou por 20 anos, depois fundou a sua própria, o Liceu. Antes disso, foi mentor de Alexandre, O Grande, que é considerado um dos maiores gênios militares e políticos da história. Aristóteles foi o responsável pela sistematização da retórica e, baseada na sua utilidade (Reboul, 2019). Sua maior crítica aos sofistas, que o precederam, era a de que estes aplicavam a arte de enganar, e se pautava em três justificativas para tal conclusão sobre a Arte Oratória sofística, de acordo com Menezes (2001) para Aristóteles:

A sua prioridade era o estudo das evidências exteriores à arte que poderiam ser úteis para promover e amplificar a emoção do auditório. [...] Em segundo lugar, ele dizia que a sofística não se interessava por uma pesquisa adequada dos gêneros discursivos, concentrando-se apenas no discurso judiciário. Com isso, ela deixava de fora os discursos mais comuns no cotidiano da *polis* e, por isso mesmo, menos especializados. Pois, são discursos em que o auditório não se encontra na posição de juiz de uma causa alheia, mas delibera em seu próprio benefício e o interesse da cidade. Em terceiro lugar, para ele, o conhecimento da sofística não passava de simulacro, pois o raciocínio dessa parecia silogístico somente na forma. Um exame mais detido do mesmo seria capaz de demonstrar algum vício ou defeito que comprometia o caráter lógico, servindo para enganar o auditório. Pois, não se postulava correspondência entre a linguagem e a realidade (Menezes, 2001, p. 183).

Aristóteles recorria a uma argumentação criteriosa, coesa, composta por silogismos — três proposições encadeadas (premissa maior, premissa menor e conclusão) — e entimemas. É o poder de defender-se a partir da argumentação e de não se reduzir em persuadir, mas em encontrar os meios de persuasão que cada caso comporta. Aristóteles é quem dá um conceito mais modesto e plausível para a retórica, que para ele é a contraparte da dialética, outra de suas contribuições foi a divisão do raciocínio em três categorias distintas: analíticos, dialéticos e sofísticos. “[...] Os dialéticos são raciocínios prováveis, de caráter verossímil, que se apoiam nas opiniões, crenças das pessoas e não têm como pretensão conduzir a conclusões totalmente corretas, mas prováveis pois baseia-se na *doxa*” (Sena; Figueiredo, 2013, p. 8).

3.1.1 O Discurso Retórico

Para Platão (469 a.C – 399 a.C), a dialética estava ligada à arte do diálogo “a arte de saber interrogar e responder pois, quem sabe desenvolver essa arte é capaz de provar teses formuladas e refutar as objeções às teses que formulou” (Pereira, 2006, p. 25). Por outro lado, Aristóteles (384 a.C - 322 a.C) viu a dialética como uma ferramenta que lida com o provável. O silogismo dialético parte de premissas prováveis, e se ancora naquilo que parece verdadeiro para uma ampla audiência. Nesse contexto, a dialética não busca estabelecer a verdade das coisas, mas sim se baseia nas opiniões amplamente aceitas. (Ferreira, 2010, p. 14-15).

Aristóteles, ao explorar a relação entre a dialética e a retórica, enxerga-as como dois arcos que se entrecruzam. Para o filósofo a Retórica é uma contrapartida da Dialética. Ambas as disciplinas compartilham um mesmo plano, e Aristóteles elabora em sua celebre obra “Retórica”, cinco argumentos para ilustrar essa interseção: primeiramente, tanto a Dialética quanto a retórica têm a capacidade de afirmar uma tese e refutar uma tese fraca; em segundo lugar, elas não se enquadram na categoria de ciências e, por isso, possuem uma universalidade que permite a discussão de uma ampla gama de temas controversos; terceiro, ambas podem ser ensinadas como técnicas, a partir de uma abordagem metódica; quarto, tanto a dialética quanto a retórica são habilidosas em discernir entre o verdadeiro e o aparente. Por fim, Aristóteles observa que ambas as disciplinas operam com dois tipos de argumentação: indução e dedução.

O próprio Aristóteles diz que “esses dois métodos”, a dedução e a indução “são necessariamente idênticos nas duas técnicas” (1356 b). Idênticos não apenas em termos de estrutura, mas também de conteúdo. Em retórica como em dialética, os dois tipos de raciocínio, apoiam-se no verossímil, o *eikos*, termo constante entre os antigos retores, que Aristóteles compara ao *endoxon* na dialética. Fique claro que, limitada ao verossímil, a argumentação continua racional. (Reboul, 2004, p. 36).

A interconexão entre a dialética e a retórica, tal como destacada por Aristóteles, fornece entendimento sobre o papel das disciplinas na investigação do conhecimento humano e na condução de argumentações persuasivas. A dialética, com sua busca pelo provável e sua habilidade de manobrar com opiniões amplamente aceitas, desenha uma fronteira sutil entre a verdade objetiva e a opinião subjetiva. Esse entendimento, conforme ressaltado por estudiosos como Reboul (2004), amplia nossa compreensão das nuances da argumentação e da busca pela persuasão, ao mesmo tempo que delineia a complexa dança entre a verdade e a opinião nas esferas do discurso humano.

O contato entre Roma e a Grécia foi crucial para a introdução e desenvolvimento da retórica em solo romano. Os romanos, ao conquistarem territórios gregos, foram expostos à cultura grega, incluindo sua arte retórica. Através dessa interação cultural, os romanos incorporaram e adaptaram os ensinamentos retóricos gregos em sua própria prática discursiva.

De acordo com a análise de Ferreira (2010), o Século I a.C. testemunhou um marco significativo no desenvolvimento dessa arte, com sua expansão e penetração até Roma, tendo Cícero como um dos principais responsáveis por essa disseminação.

Durante o século I a.C., a retórica, se fixou na cultura latina fortemente influenciada pela retórica grega, que já possuía uma longa tradição e estudo. Os romanos admiravam os gregos por suas habilidades retóricas e viram na retórica uma forma poderosa de expressão e persuasão. Como observa Kennedy (1997), os romanos estudaram e assimilaram os princípios da retórica grega e os adaptaram à sua própria cultura e necessidades.

Ao lado de Platão e Aristóteles, o modelo ciceroniano introduz o privilégio da retórica e a eleva ao nível de arte das artes. Difunde uma visão de cultura em que a retórica cumpre um papel centralizador e unificador. Cícero repensou a teoria aristotélica e demonstrou para os romanos a força e a beleza da palavra. (Ferreira, 2010, p. 44).

Cícero (106 a.C – 43 a.C), em suas obras como "De Oratore" e "Brutus", não apenas enfatizou a importância da retórica na educação e na formação de líderes políticos, mas também desenvolveu uma abordagem mais sistemática e pragmática para o estudo da retórica, ao reconhecer a retórica como um meio poderoso para influenciar a opinião pública e exercer influência política. Defendeu uma retórica que fosse tanto uma arte persuasiva quanto uma forma de expressão eficaz, capaz de moldar as mentes e os corações da audiência. Sua adaptação e desenvolvimento da retórica grega para se adequar ao contexto romano contribuíram significativamente para a consolidação da retórica como uma ferramenta essencial na educação, na política e na comunicação da sociedade romana. Introduziu uma tripartição interessante no discurso retórico, que destacava três propósitos inter-relacionados: *docere* (instruir ou ensinar), *delectare* (agradar) e *movere* (comover ou impressionar).

Essas categorias, conforme observa Michael Leff (2006), delineiam as diferentes dimensões e objetivos do discurso retórico. Através de uma combinação habilidosa desses elementos, o orador buscava educar, envolver e emocionar a audiência ao criar uma experiência persuasiva completa.

Em *As virtudes da Narratio no De Oratore de Cícero* (2015), Dibbern, informa que Cícero adotava uma organização diferente da aplicada pela retórica escolar dos manuais onde as partes que compõem o discurso (*exordium*, *narrativo*, *divisio*, *confirmatio*, *confutatio* e *conclusio*) que tem um papel estruturador para só depois tratar das tarefas do orador; O *De oratore*, de Cícero segue “a estrutura imposta pelas tarefas do orador, e as partes orationis são consideradas no tratamento da *dispositio* como fez também Aristóteles” (Dibbern, 2015, p. 56)

Cícero, era um forte crítico da brevidade nos discursos. Pois a brevidade pode “tolher o deleite e a persuasão”. A personagem Antônio, da obra *De Oratore*, exorta: “‘demorar-se’ na

narrativa torna claro aquilo que se expõe”. Podemos ir além e traçar um paralelo entre o “demorar-se na narrativa” defendido por Cícero para alcançar o convencimento e a criação de experiências virtuais, lembradas por Massimi (2009) na construção dos sermões dos padres jesuítas. Esse tipo de exposição mais longo é capaz de convencer, criar crenças e percepções, é isso que expõe Antônio em um trecho da obra *De oratore*

Antônio defende aqui que o discurso é capaz de tornar presente para os olhos um evento, que funciona para aquele que o vê (imagina) como uma prova. E isso se dá, pois a visão, ou a simulação dela, faz do espectador quase testemunha ocular. Crasso, no *Dialogos*, demonstra como a visão é o sentido que mais convence (Dibbern, 2015, p. 63).

Quintiliano (30 e 35 d.C.) um contemporâneo de Cícero, foi uma personalidade importante para o ensino da oratória. Expandiu os ensinamentos de Cícero ao dar ênfase à importância da ética na retórica. O legado deixado por este pensador é ainda representativo no ensino da oratória e da pedagogia. Quintiliano desenvolveu um programa de oratória que seria de aplicação integral ao longo de toda a vida do indivíduo, com o propósito de gerar um bom orador, técnico e moral. Esse programa ficou conhecido como *Institutio oratória* e serviu de inspiração para diversos outros educadores que o sucederam “contribuindo para a formação de muito dos ideais de cultura e de educação do Ocidente” (Vasconcelos, 2002, p. 224).

Além disso, uma das funções da retórica — que é composta, também pela heurística, hermenêutica, e prática persuasiva — a função pedagógica desempenha um papel igualmente importante na sua natureza intrínseca e foi bravamente defendida por Quintiliano.

Embora tenha enfrentado obstáculos ao longo da história, como a remoção de currículos escolares durante a Idade Média, a retórica resistiu ao teste do tempo, mesmo que em formas desarticuladas. Conforme defendido por Reboul (2004), a ausência de formação retórica resulta em uma cultura empobrecida, pois a retórica é uma parte fundamental da educação, que capacita os indivíduos a se comunicarem de maneira eficaz e influente. A compreensão da retórica como um veículo para a exploração intelectual e o desenvolvimento de habilidades comunicativas é uma contribuição significativa para o entendimento abrangente dessa disciplina.

Gomes (2017, p. 108), conceitua a oratória como a “arte e técnica de falar bem para um auditório, praticada por um orador que fala para uma assembleia, para um público com finalidade de persuadir ou convencer, e que está diretamente ligada à eloquência”. O ser humano é um animal social que se liga através da palavra e aqueles que, de alguma maneira, não conseguem se expressar e, dessa forma, perdem a sua personalidade. Para o autor, falar bem é um dom de alguns, mas é, também, uma habilidade que pode ser trabalhada através de

técnicas, dedicação, estudo e treino para o desenvolvimento de um orador competente. Gomes, ressalta a importância de o orador conhecer as “provas retóricas de Aristóteles” — falaremos mais a frente — para ele, o discurso não é um ato isolado, o orador está sempre ligado a um interdiscurso, pois, um bom orador sabe, para além de falar, compreender e contrabalancear o discurso e argumentos do outro.

Magalhães (2017, p. 8) questiona se “a retórica e a oratória, afinal, são semelhantes, diferentes ou complementares?” para além do conceito moderno de que a “retórica seria a arte de argumentar por meio da persuasão, com finalidade, enquanto a oratória seria a arte de falar em público”; ideia que mais suscita dúvidas do que respostas, de fato. Ela aponta para a necessidade de se traçar um panorama histórico para sanar as dúvidas acerca dos dois termos. Através de uma minuciosa análise, a autora conclui que a oratória, que teve seu embrião gestado pelos sofistas, surgiu antes da retórica; mas ambas dividem muito entre si, embora atuem em campos distintos. A irmã mais velha, a oratória, utiliza-se da forma oral da palavra para ganhar forma e força. É a habilidade de oralizar o pensamento; teve em Quintiliano um de seus maiores expoentes que se preocupava com o ensino da oratória, principalmente ligado com a área da justiça. Já a caçula, a retórica, é técnica e arte, por isso, mais abrangente. Vai além da linguagem, argumenta sem necessariamente recorrer à forma oral, mas aprofunda o discurso de maneira sistematizada.

Dessa forma, tanto os aspectos argumentativos quanto oratórios são importantes para o alcance da persuasão, a postura e imagem que o orador transmite para o seu auditório na esperança de conquistar a sua confiança, assim como as figuras de estilo como a metáfora, hipérbole ou antítese que, ao mesmo tempo, são oratórias e argumentativas, para Aristóteles (2012) o caráter moral do orador constitui a prova determinante por excelência.

3.1.1.1 As Provas Retóricas

No momento em que nos comunicamos, automaticamente projetamos para o outro a nossa autoimagem, retrato e representação de nossas qualidades, impresso no nosso modo de dizer, sem que seja necessário ao orador compartilhar com o seu receptor, suas qualidades e defeitos, especificamente “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si” (Amossy, 2005 p. 9). Esse é um processo interativo que proporciona uma troca e, conseqüentemente, uma ação comunicativa entre as partes, que a partir das imagens expressadas e o contexto em que estão inseridas, passam a constituir papéis e relações sociais como as de

dominação e submissão, por exemplo.

Para os romanos o *ethos* era muito mais de uma questão social do sujeito do que de uma questão discursiva, ou seja, diferentemente do que preconizava Aristóteles, o *ethos* para os romanos, no período republicano, era algo pré-existente que se entrelaçava a questões sociais; dessa forma, o indivíduo era avaliado por estereótipos prévios (sociais, morais e econômicos) frutos de representações sociais que implicavam na construção de sua imagem, de acordo com a Lima (2009).

O *ethos* refere-se às virtudes do orador, a imagem que ele constrói de si e que gera confiança em um determinado auditório. Para Meyer (2007, p. 34-35) o *ethos* “é uma excelência que não tem objeto próprio, mas se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, e que o torna exemplar aos olhos do auditório, que então se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo”.

Como já mencionado, para Aristóteles, a persuasão só atinge sua plenitude no momento em que a dimensão racional, representada pelo *logos*, é habilmente entrelaçada com as dimensões psicológicas do *ethos* e do *pathos*. Nessa visão, o discurso vai além da mera construção lógica de argumentos e deve ser entregue de maneira a projetar uma imagem convincente do orador, enquanto simultaneamente evoca emoções e paixões no auditório, com o intuito de influenciá-las.

O *ethos*, uma das dimensões centrais da retórica aristotélica, é a base sobre a qual repousa a credibilidade do orador. O *ethos* se refere, pois, à imagem do orador, à sua reputação, caráter e competência. Aristóteles enfatiza que a persuasão é potencializada assim que o orador é capaz de estabelecer uma imagem de si mesmo que seja digna de confiança e respeito. Portanto, o *ethos* não é apenas uma ferramenta retórica, mas uma estratégia fundamental para estabelecer a base necessária para a persuasão eficaz.

A dimensão emocional, representada pelo *pathos*, também é uma peça crucial na teia da persuasão. Conforme Aristóteles observa em "A Retórica", a capacidade de provocar emoções no público é vital para conduzir a audiência em direção à aceitação das ideias propostas. Na perspectiva analítica deste trabalho, essa é uma observação fundamental: o discurso que incita emoções, seja compaixão, raiva, alegria ou medo, cria um vínculo emocional com o auditório, o que o torna mais suscetível à influência persuasiva.

Aristóteles também reconhece que a construção da imagem do orador é um processo dinâmico, moldado ao longo do discurso. Essa perspectiva é ressaltada que o *ethos* não é uma entidade estática, mas sim uma construção fluida que evolui à medida que o discurso se desenrola. É essa imagem em evolução que estabelece o terreno para o impacto persuasivo.

Como mostraremos, Truth impõe seu *ethos* a partir de uma questão fundamental: E não sou uma mulher?

Em síntese, para Aristóteles, a persuasão é uma interação complexa entre *logos*, *ethos* e *pathos*. A habilidade de entrelaçar argumentos lógicos com a construção de uma imagem confiável e a evocação de emoções profundas é o alicerce da persuasão eficaz. Essa abordagem holística não apenas enfatiza a força dos argumentos, mas também reconhece o papel crítico que a credibilidade do orador e o apelo emocional desempenham na arte persuasiva:

As pessoas de bem inspiram confiança mais eficazmente e mais rapidamente todos os assuntos, de um modo geral; mas nas questões em que não há possibilidade de obter certeza e que se prestam a dúvida, essa confiança reveste particular importância. (Aristóteles, 2012, p. 33).

O *pathos*, um dos três pilares da persuasão, representa o apelo às paixões, emoções, sentimentos e valores do público para influenciar suas atitudes e ações. Aristóteles (1998) enfatiza que a habilidade de despertar emoções específicas como medo, raiva ou compaixão, pode moldar a resposta emocional do auditório e influenciar sua interpretação do discurso. Por meio do *pathos*, o orador busca criar uma conexão emocional entre a mensagem e o público, muitas vezes utiliza histórias, metáforas ou exemplos emotivos. Ao fazer isso, o orador pode mobilizar as emoções dos ouvintes para ganhar sua simpatia, engajamento e aceitação da mensagem apresentada.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) além das emoções, o *pathos* também engloba os valores e as crenças compartilhadas pela audiência. Para Meyer (2007, p. 39) o *pathos* refere-se ao “conjunto de valores implícitos das respostas fora de questão, que alimentam as indagações que um indivíduo considera como pertinentes” (Meyer, 2007, p. 39). Ao compreender os valores predominantes de um público, o orador pode adaptar sua argumentação para ressoar com essas crenças e criar uma conexão mais profunda e eficaz.

Definir o *logos*, uma das ferramentas essenciais da retórica, é uma tarefa complexa devido à riqueza e amplitude de seus significados. Por um lado, é entendido como o raciocínio lógico e a razão subjacente aos argumentos, enquanto, por outro lado, é também identificado, pelos próprios sofistas, como o próprio discurso retórico. Essa dualidade reflete a riqueza conceitual do termo, que abrange tanto os fundamentos racionais quanto a expressão verbal persuasiva. A reflexão sobre o *logos* remonta a Heráclito (535 a.C - 475 a.C), um dos proeminentes filósofos pré-socráticos, que explorou as interações entre o discurso racional e o mundo, conforme discutido por Emediato (2021).

Aristóteles, por sua vez, forneceu uma análise profunda sobre o *logos*, ao situá-lo como uma parte essencial do discurso retórico, o ancorou na razão e na lógica como uma prova

objetiva, em contraste com os outros dois argumentos retóricos: o *ethos* e o *pathos*. O *ethos* refere-se à construção do caráter do orador, enquanto o *pathos* abarca as emoções que o orador evoca em seu público. Esses dois últimos elementos são encarados como provas subjetivas. Aristóteles, ao conceituar o *logos*, concentrou-se na capacidade de elaborar um raciocínio lógico e persuasivo por meio da organização sistemática de informações, evidências e deduções.

A perspectiva de Aristóteles sobre o *logos*, como descrita por Kennedy (1997), enaltece a importância de um discurso bem fundamentado e estruturado. O *logos*, nesse contexto, representa uma abordagem estratégica para persuadir, a partir de uma base sólida de argumentação que apela à razão e à lógica da audiência.

O exame das interpretações de Heráclito e Aristóteles sobre o *logos* oferece uma visão abrangente da sua riqueza conceitual e de suas múltiplas dimensões na retórica. A compreensão do *logos* como um elemento que abarca tanto o raciocínio lógico quanto a expressão persuasiva enriquece nossa apreciação da complexidade das estratégias retóricas utilizadas ao longo da história para influenciar e convencer as audiências.

É importante salientar que, segundo Aristóteles, as provas subjetivas, representadas pelo *ethos* e *pathos*, detêm um peso maior do que as provas objetivas, simbolizadas pelo *logos*. Essa hierarquia entre os elementos persuasivos é notável em sua obra "Retórica", na qual ele enfatiza a importância do caráter do orador (*ethos*) e das emoções despertadas na audiência (*pathos*) como fatores influentes na persuasão retórica. Conforme argumenta Emediato (2021), tentar categorizar esses conceitos como partes distintas da retórica ou da argumentação seria fútil e contraproducente. A abordagem que coloca o *logos* em oposição ao *ethos* e ao *pathos* pode, até certo ponto, auxiliar na diferenciação entre provas objetivas e subjetivas. No entanto, essa abordagem também pode limitar, de maneira indistinta, a fronteira entre o que é considerado objetivo e subjetivo.

A perspectiva de Aristóteles em relação às provas subjetivas enxerga o *ethos* e o *pathos* como aspectos que moldam a persuasão e o convencimento retórico, e são capazes de influenciar as percepções e as atitudes do público-alvo.

Alicerçado na análise retórica aristotélica, a confiança que o auditório concede à imagem construída pelo orador surge de três causas fundamentais, cada uma intrinsecamente ligada a um dos componentes retóricos. A primeira dessas causas é a prudência, ou *phronésis*, que se enraíza no *logos* e é expressa por características racionais e argumentos sólidos. Assim, a prudência está atrelada à capacidade do orador de demonstrar um entendimento profundo da situação em questão, ao formular uma abordagem sensata e racional para enfrentar as circunstâncias.

A segunda causa repousa na virtude, ou areté, uma qualidade que está diretamente vinculada ao *ethos* do orador. Aristóteles, em *Retórica*, destaca que a virtude ética do orador é uma força motriz para conquistar a confiança do público. A virtude, nesse contexto, transcende a mera integridade moral; é uma manifestação de caráter, reputação e autoridade moral, que é habilmente comunicada pelo orador para construir uma imagem digna de confiança. A virtude, portanto, é uma construção dinâmica, moldada ao longo do discurso e intrinsecamente ligada à persuasão.

A terceira causa é a benevolência, ou *eúnoia*, um elemento ligado ao *pathos*, que se relaciona com a capacidade do orador de demonstrar uma intenção sincera e benevolente em relação ao público. Segundo Aristóteles, essa benevolência é evidenciada pela capacidade do orador de estabelecer uma conexão emocional com o público, ao demonstrar uma sincera consideração pelos interesses e necessidades do auditório.

É importante notar que uma mesma argumentação pode incorporar traços das três dimensões retóricas (*logos*, *ethos* e *pathos*) e delinear uma relação de dominância, e não de exclusão, entre eles. Portanto, à luz da análise retórica aristotélica, a construção da confiança do auditório repousa na interação complexa entre a prudência, virtude e benevolência, que refletem as dimensões do *logos*, *ethos* e *pathos*. Essas causas intrinsecamente ligadas formam uma trama persuasiva que transcende os limites dos gêneros, e representa uma abordagem interdisciplinar e abrangente da arte retórica.

No contexto da manifestação do *ethos* no âmbito retórico, Magri e Batista (2019) emergem como contribuintes valiosos. Sua análise destaca como o *ethos*, o apelo à credibilidade e à autoridade do orador, opera de forma sinérgica com os componentes do *logos* e *pathos*. Embora o *logos* sirva como a espinha dorsal intelectual do discurso, Magri e Batista (2019) enfatizam a imprescindibilidade de nutrir um *ethos* sólido e evocar *pathos* para alcançar uma persuasão holística e coesa. A interação dinâmica desses elementos constitui o coração pulsante da persuasão eficaz, uma perspectiva que ecoa a complexidade das abordagens retóricas contemporâneas.

A observação acurada de Magri e Batista (2019) sobre a importância da análise contextual é particularmente iluminante. Eles ressaltam que o orador deve ser um hábil intérprete do seu próprio contexto retórico ao discernir as necessidades e as expectativas específicas que demandam a manipulação cuidadosa de dimensões argumentativas. Isso demonstra a relevância de uma perspicácia retórica aguçada para o sucesso persuasivo, pois o orador deve equilibrar não apenas os componentes internos do discurso, mas também as nuances e exigências do ambiente em que o discurso é entregue.

A visão de Mateus (2018) sobre o papel do contexto comunicativo, ganha destaque ao afirmar que compreender o contexto é essencial para maximizar a recepção da argumentação. Isso envolve a identificação cuidadosa do auditório, o que permite ao orador discernir quais argumentos serão mais receptivos ao público em questão. Além disso, a habilidade de selecionar uma opinião e transformá-la em argumentos sólidos, é uma demonstração da destreza do orador. Esses argumentos servem como pilares para a tese e visam alterar a percepção do auditório em relação a um assunto, questão ou realidade específica.

. A relação entre a escolha cuidadosa dos argumentos e o contexto comunicativo enfatiza a importância de considerar o público-alvo para uma comunicação persuasiva. A análise dessas perspectivas contribui para uma compreensão mais profunda da complexidade da retórica como uma arte intrinsecamente ligada às nuances do discurso, do público e do propósito comunicativo.

3.1.2 O Sistema Retórico

Conforme analisado por Olivier Reboul (2004), as etapas do processo argumentativo compreendem a invenção (*inventio*), a disposição (*dispositio*), a elocução (*elocutio*) e, por fim, a ação (*actio*). Essa estruturação do processo retórico permite uma abordagem metódica na criação e apresentação de argumentos persuasivos.

No entanto, a perspectiva de Tringali (2014) corrobora uma divisão ligeiramente diferente das partes do discurso retórico. Esse autor, ao retomar a proposta latina de Cícero e Quintiliano, divide o processo argumentativo em cinco partes, a saber: invenção, disposição, elocução, *memoria* e ação. A inclusão da *memoria* nesse esquema evoca a influência dos romanos no desenvolvimento da retórica, uma vez que essa etapa foi posteriormente incorporada à estrutura retórica. A *memoria*, nesse contexto, diz respeito à capacidade do orador de memorizar seu discurso e possibilita a entrega fluente e envolvente de seus argumentos diante da audiência.

A análise de Reboul e Tringali revela a complexidade e a riqueza da retórica como uma disciplina estruturada e detalhada. O exame dessas diferentes abordagens também nos convida a considerar a evolução histórica da retórica e como as várias partes do discurso foram desenvolvidas e refinadas ao longo do tempo. A divisão das etapas do processo argumentativo reflete a versatilidade da retórica como uma ferramenta persuasiva que pode ser abordada de várias maneiras, cada uma contribuindo para a eficácia da comunicação persuasiva.

Quadro 1 - Divisões do Sistema Retórico.

Etapas	Descrição
Invenção	A parte mais dialética da retórica, onde o orador busca argumentos para refutar ou confirmar uma opinião através da discussão da validade das provas. <i>Invenire</i> (achar) + <i>iudicare</i> (julgar).
Disposição	O momento em que o orador organiza os argumentos encontrados. Dividida em sete partes: Exórdio, Narração, Proposição, Partição, Argumentação (confirmação e refutação), e Peroração.
Exórdio	Parte introdutória do discurso, início da comunicação entre o orador e o auditório.
Narração	Parte constitutiva do discurso, contextualiza a questão e deve ser verossímil, breve e clara.
Proposição	Resumo e conclusão do discurso, onde se declara o que vai tratar.
Partição	Enumeração dos pontos principais da proposição.
Argumentação	Inicia na invenção, mas é organizada na disposição. Divide-se em confirmação (oferecem provas que sustentam o ponto de vista) e refutação (invalidam as provas do adversário).

Peroração	Final do discurso, dividida em amplificação (ênfase), conclusão (recapitulação dos pontos principais) e apelo ao patético (momento para comover).
Elocução	O momento em que o texto é redigido. A linguagem segue a regência da lógica, gramática, estilística, dicionário e estética.
Memoria	Distinção entre retórica natural (inata ao homem) e retórica artificial (desenvolvida pela prática). Indispensável para todas as partes do discurso.

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme destacado por Ferreira (2015, p. 63), a invenção, termo derivado do latim "*inventio*" e associado ao verbo "*invenire*" que significa descobrir, achar ou encontrar, desempenha um papel central na retórica. Nesse contexto, a invenção refere-se à fase do processo retórico em que o orador se empenha em buscar e identificar as provas e argumentos que irão sustentar o seu discurso. Essa etapa é crucial, pois é nela que o orador explora e reúne uma gama diversificada de argumentos plausíveis que serão utilizados para embasar suas afirmações.

Esse estágio inicial da retórica exige que o orador se aprofunde na pesquisa e análise do tema em questão. Ele deve buscar informações, evidências e exemplos relevantes que sustentem sua perspectiva. Ao fazê-lo, não apenas constrói um arcabouço sólido de argumentos, mas também demonstra um profundo entendimento e conhecimento do assunto que aborda. Isso fortalece sua credibilidade diante da audiência, uma vez que aprofunda a percepção de sua competência e autoridade no tópico em discussão. Nesse estágio, depreende-se que os oradores criam seus argumentos baseados em outros discursos e ideias elaboradas por pesquisadores distintos, adaptados e recriados.

A *inventio* está intimamente relacionada à criatividade na seleção realizada pelo orador entre os possíveis argumentos que podem ser racionais e estruturados, mas também podem fazer parte de uma outra categoria, fundamenta-se “na busca que empreende o orador de todos os argumentos e de outros meios de persuasão relativos ao tema de seu discurso” (Reboul, 2004,

p. 43). São os entimemas, que se opõem ao uso da lógica formal; indução/dedução, que exemplificam para chegar a uma conclusão e depois a exemplificam para justificar; a argumentação causal, que estabelece uma relação necessária entre dois fenômenos; a analogia, que compara dois fenômenos; e por fim, as falácias, estas são elementos fortemente persuasivos e podem levar o receptor a erro, pois elas imitam argumentos legítimos.

O alicerce da *inventio* é a prova, é por meio dela que o auditório é levado a crer naquilo que é dito pelo orador. É neste primeiro momento que o orador se questiona sobre as primeiras impressões do seu auditório e passa a desenvolver formas de se identificar com ele para que possam criar laços e encurtar distâncias, as formas como os argumentos serão empregados é que possibilitarão os esforços para persuadir. Investigações prévias sobre o tipo do auditório para o qual irá discursar auxilia na busca pelos melhores meios persuasivos e, conseqüentemente, no alcance do êxito (Ferreira, 2015). Nas palavras de Conceição; Santos (2022, p. 129):

Para produzir essas provas, ainda de acordo com Tringali (1988), podemos proceder de duas maneiras. A primeira é por meio de operações internas da mente humana, que, construídas por raciocínios lógicos, resultará, a partir de pressupostos e investigações sobre as suas validades, em uma conclusão formal, geralmente, com a sinalização de um único desenlace possível. A segunda é por meio da intuição. Diferentemente da primeira, são construídas dentro de um processo dialético que poderá resultar em mais de uma conclusão (Conceição; Santos, 2022, p. 129).

Logo após a fase da invenção, emerge a etapa da *dispositio*, que ocupa um lugar de destaque na estrutura retórica. Nesse estágio, os argumentos previamente coletados passam por um processo de organização meticulosa, em que o orador busca criar uma estrutura lógica e coerente para o seu discurso. A *dispositio* envolve a disposição estratégica dos argumentos de forma a alcançar a máxima eficácia persuasiva e direciona a audiência rumo às intenções propostas pelo orador.

Essa fase da retórica é fundamental, pois a maneira como os argumentos são ordenados pode influenciar profundamente a compreensão e a receptividade da audiência. A abordagem da *dispositio* como um processo de organização estratégica dos argumentos explora as técnicas persuasivas e a estruturação dos discursos. O processo de organização dos argumentos não apenas proporciona clareza e coerência ao discurso, mas também permite ao orador orientar a audiência ao longo de um caminho lógico, o que facilita a compreensão e a adesão às ideias apresentadas.

Portanto, a *dispositio* não é meramente um ato de ordenação linear, mas sim uma estratégia cuidadosamente orquestrada que visa criar uma narrativa persuasiva, capaz de engajar e influenciar a audiência de maneira eficaz. Ao delinear os argumentos de forma coesa e lógica,

o orador busca garantir que sua mensagem seja transmitida com clareza e que sua intenção persuasiva, seja alcançada de maneira impactante.

Graças a ela, o orador faz o auditório encaminhar-se pelas vias e pelas etapas que escolheu, conduzindo-o assim para o objetivo que propôs [...]. Finalmente, a disposição tem função heurística, por permitir interrogar-se metodicamente. Pois, em suma, o que é fazer um plano? É formular-se uma série de perguntas distintas, constituindo cada uma delas uma parte ou uma subparte. Saber fazer um plano é saber fazer-se perguntas e tratá-las uma após outra, agindo de tal modo que cada uma delas nasça da resposta precedente (Reboul, 2004, p. 60).

A *elocutio* pode ser considerada como a etapa em que o orador empregará o seu estilo, “não diz respeito à palavra oral, mas à redação escrita do discurso, ao estilo” (Reboul, 2004, p. 43), que para ele, se mostra eficaz aquele que melhor adapta o estilo ao auditório, no mesmo sentido, o autor ressalta que a *elocutio* está intrinsecamente ligada à criação do discurso e a expressão de sentido, a etapa em que o momento retórico é guiado pelas manobras persuasivas que serão empregadas pelo orador. Nas palavras de Ferreira:

Em sentido técnico, a elocução é a redação do discurso retórico. Mais do que uma questão estilística, envolve o tratamento da língua em sentido amplo, abrange o plano da expressão e a relação forma e conteúdo: a correção, a clareza, a adequação, a concisão, a elegância, a vivacidade, o bom uso das figuras com valor de argumento. Como componente teórico operacional, mantém relação de sucessividade com a *dispositio*. Para o analista, é a única fonte de onde se extraem todos os elementos analíticos e depreendem-se as operações retóricas anteriores (Ferreira, 2015, p. 116).

Dessa forma, a elocução se reserva às escolhas realizadas pelo autor com o intuito de adequar o conteúdo ao discurso argumentativo. Segundo Reboul (2004), o bom orador é aquele que não recorre ao improviso, mas sim aquele que previamente se organiza e demonstra articulação, inteligência e coerência.

Na ação, o objetivo é executar o discurso, aqui se faz presente, além do público, os elementos não verbais como o ritmo, postura, timbre de voz e entonação do orador. Esse é o momento da apresentação do orador ao seu público, é nesta etapa que ele consegue, ou não, captar a atenção do auditório para proceder à persuasão, “é uma forma particular de interação: orador e auditório estão plenamente envolvidos no processo de transmissão e recepção do discurso num contexto enunciativo-pragmático-interacional” (Ferreira, 2015, p. 138-139).

A análise retórica é um trabalho interdisciplinar que possibilita lidar com o exame de atos de persuasão em um discurso através dos seus objetos e como eles atuam: como o *ethos* do orador se apresenta, o exame do *logos* através dos argumentos apresentados no discurso e a sensibilização ou apelo gerado no auditório através dos recursos patéticos.

Para Fiorin (2017), fica a cargo da retórica indicar os procedimentos discursivos que possibilitam ao orador gerar artifícios que fazem com que o auditório creia no discurso posto, assim como a retórica também fornece meios para que o analista possa examinar o

funcionamento da argumentação com o objetivo de perquirir os elementos persuasivos que se encontram no discurso, nas palavras de Fiorin “a retórica é a arte da persuasão, a ‘arte do discurso eficaz’” (Fiorin, 2017, p. 19).

Por ser uma tarefa subjetiva e de alta complexidade, não há uma análise perfeita como bem pontuam os autores, Isabel Azevedo e Rubens Damasceno (2022), é necessário exercitar a análise de textos argumentativos para se fazer uma leitura crítica e, em simultâneo, aprender com o discurso do outro, além de desenvolver uma maior sensibilidade no exercício da análise.

3.2 A Nova Retórica e a Argumentação

Dominada pela concepção cartesiana racional-mecanicista e a consolidação da perspectiva cientificista, o pensamento ocidental, nos últimos três séculos, afastou-se da tradição retórica dos gregos. A retórica declinou, sim, mas não morreu (Ferreira, 2010, p. 45).

A Nova Retórica surgiu no século XX, em meio a mudanças profundas na sociedade e na filosofia. Emergiu na década de 1960, na Europa, em uma nova abordagem que se afastava das estruturas rígidas da retórica clássica. A ascensão da Nova Retórica foi influenciada pela rejeição das tradições absolutistas e da busca por uma retórica mais flexível e adaptável ao contexto contemporâneo.

Segundo as lições de Reboul (2004), A história da retórica é uma narrativa multifacetada, permeada por interpretações variadas e conceitos divergentes. Em seu estágio inicial, a retórica trazia consigo uma conotação de falsidade ou artificialidade, e abarcava um matiz pejorativo. A compreensão da retórica como uma forma de falsidade inicialmente pode ser traçada às críticas antigas à retórica, que a viam como uma habilidade de manipulação e engano, como destacado por Aristóteles em sua obra "Retórica". A virada na década de 60, trouxe o renascimento do interesse pela retórica e sua importância na arte da persuasão e argumentação.

Alguns movimentos cíclicos de recuperação da retórica surgiram ao longo do tempo, mas foi o século XX que a ressuscitou. Durante três séculos, a retórica afrontou diretamente a orientação cartesiana de só considerar as demonstrações traduzidas em ideias claras, revestidas de provas lógicas. [...] A retórica contemporânea, [...] objetiva oferecer caminhos para interpretar os discursos (Ferreira, 2010, p. 45 e p. 47).

Para Tringali (2014) a retórica está dividida em 4 categorias reduzidas e decorrentes da Retórica antiga, são elas: a retórica clássica, retórica nova, retórica das figuras e retórica semiótica. O referido autor entende por retórica a Antiga, ou Retórica Integral, definindo-a como “uma disciplina teórica e prática que tem por objeto central o discurso oratório”; para ele,

discurso oratório e discurso retórico são sinônimos e, em uma acepção aristotélica, infere que possuem caráter dialético e persuasivo. O discurso dialético-persuasivo traz consigo três interessantes termos que, apesar de terem o mesmo significado — falar —, possuem semanticamente contextos diferentes, são eles: retórica, oratória e eloquência. A retórica se ocupa da teoria do discurso, a oratória da produção do discurso, já a eloquência tem o seu foco na qualidade de produção desse discurso. Dessa relação, nasce o orador e o auditório.

Podemos entender que a retórica é um discurso dialético-persuasivo que tem como propósito a adesão do público ao seu argumento, mas o que é um argumento? A obra *Atos de Retórica* (2015) assinala que “um argumento é uma alegação ou uma conclusão apoiada por uma ou mais razões ou justificativas” (Campbell et al, 2015, p. 87), ou seja, o argumento é uma afirmação procedida por uma justificativa ou razão que lhe dá suporte. Essa justificativa é validada através de uma questão que é “crucial na tomada de decisão, na escolha de uma postura ou na seleção de um curso em ação”; ela se divide em três grupos: questão de fato, questão de valor, questão de política.

Embasados no texto “Estudos da argumentação no século XX: história, desdobramentos e rupturas”, de Massman (2002), compreendemos as diferentes acepções do termo “argumentação” em Toulmin e Anscombe e Ducrot.

Em Toulmin (1958), a argumentação ganha um sentido mais racional e “próximo do uso cotidiano” alinhado com a prática de linguagem, mas distante daquele modelo produzido pelas ciências lógicas. Conforme fundamentado por Toulmin (1958), argumentos são estruturas argumentativas embasadas em evidências, raciocínio sólido e lógica. Elas consistem em premissas e inferências que apoiam uma conclusão de maneira racionalmente válida como bem pontua Gracio (2010, p. 184):

A teoria de Toulmin é, essencialmente, uma teoria do raciocínio argumentativo centrada nas noções de encadeamento e de suporte e não na noção de significação. Preocupa-se, por um lado, em pôr em evidência a dimensão justificativa da argumentação e os modos de a considerar (o raciocínio está presente em qualquer argumentação digna desse nome) e, por outro, em conciliar essa dimensão justificativa (realizada em função de um questionador que desafia a tese) com o dinamismo das práticas argumentativas no seu uso coloquial e situado (uma vez que a argumentação é uma forma de *transacção* crítica e não se pode esgotar na consideração estática e isolada dos raciocínios) (Gracio, 2010, p. 184).

Outro elemento importante dentro do processo retórico são as razões. A razão é aquilo que “autoriza” a realização de um salto inferencial em um argumento, ela atua como justificativa para uma alegação. Esse tipo de questão gera conflitos que define o público-alvo e pode servir como estímulo para que indivíduos que integram o público mude suas prioridades ou valores. Por fim, temos a questão de política; esta trata de uma ação que produz um

envolvimento, o que se deve fazer ou não; nas palavras de Aristóteles é “a adequação dos meios para se chegar a um propósito”. A reflexão trazida pela obra *Atos de Retórica* (2015) é a de que os valores utilizados para avaliar e julgar essas questões podem variar a depender das pessoas ou culturas onde forem abordadas.

A sociedade, através de suas instituições, estabelece regras para a convivência entre os indivíduos, que regulamentam, inclusive, as formas pelas quais uma conversa pode ser iniciada (Paulinelli, 2014, p. 398).

Para que os argumentos se mantenham sustentados é necessário que as questões que eles suscitam sejam respondidas com uma evidência. As questões de fato atuam entre identificar quais evidências existem e como elas devem ser interpretadas, nesse caso, os problemas estão ligados à “qualidade, precisão e adequação das provas” (Campbell *et al.*, 2015, p. 91). As questões de valor duelam entre o que é utilidade e moralidade, ética e desejo.

Por outro lado, as alegações são afirmações ou declarações que não apresentam nenhuma justificativa ou evidência. São argumentos defeituosos baseados em estratégias retóricas falhas, manipulação emocional e truques de argumentação. O que acontece na alegação, ou falácia, é um “salto” lógico ou inferencial na interpretação. Campbell *et al.* (2015), apontam para a ambiguidade contida nas alegações, elas são os alicerces da ação retórica e fundamentais para a argumentação, mas podem, também, serem arriscados e contestados.

Já Mateus (2018), aponta que as falácias são “raciocínios falsos ou errados ainda que aparentem ser verdadeiro” e que “provam conclusões independentes da verdade das premissas” (Mateus, 2018, p. 150). Mas, ao analisarmos o texto de Mateus, descobrimos que o fato de um orador utilizar uma falácia dentro do seu discurso, não significa que todo ele seja falacioso, aliás, o autor deixa bem claro que essa própria concepção é um procedimento falacioso; uma vez que, elas fazem parte no nosso modo de argumentar corriqueiramente.

3.2.1 A Teoria da Argumentação de Chaim Perelman e Olbrechts-Tyteca

Chaim Perelman foi profundamente influenciado pelos ideais judaico-cristãos e seculares de responsabilidade moral, este judeu polonês, que se estabeleceu na Bélgica ainda em sua infância, viu-se imerso nas complexidades do século XX e enfrentou a ocupação nazista de maneira ativa ao participar da resistência belga. Para Perelman, a sua identidade judaica não era apenas uma característica pessoal, mas um compromisso enraizado em debates intensos sobre a construção do Estado de Israel. Em meio a uma Europa marcada pela sombra do nazismo, ele não apenas manteve, mas afirmou sua tradição e origem judaica. Esse

posicionamento tornou-se ainda mais evidente durante a resistência, quando escreveu um ensaio notável sobre a Justiça, publicado originalmente em 1945 (Da Silva, 2008).

A condição do ambiente em que viveu levou Perelman, inicialmente um lógico e jurista formado na tradição dos estudos de Gottlob Frege, a desviar sua atenção para os problemas fundamentais da teoria do direito. Questões como a forma de raciocinar em direito, o problema da definição de direito enquanto ciência, e a necessidade do uso da justiça tornou-se o epicentro de suas reflexões. Nesse contexto, percebemos uma transição notável de um acadêmico formado na tradição da lógica formal para um pensador que busca respostas nas interseções entre a ética, a política e a retórica, o que levou-o, assim, a forjar uma visão única e enriquecedora para a compreensão dos fundamentos jurídicos e morais (Da Silva 2008).

A teoria da argumentação de Chaïm Perelman (1958) é uma abordagem significativa dentro do campo da retórica e da lógica argumentativa. Perelman, desenvolveu sua teoria em colaboração com L. Olbrechts-Tyteca, apresentada em sua obra seminal "A Nova Retórica: Tratado de Argumentação". A base da teoria dos filósofos é fornecer uma abordagem mais prática e flexível para a argumentação que a afaste das estruturas formais rígidas da lógica tradicional.

3.2.1.1 O contexto Retórico

Perelman enfatiza que a persuasão é uma dimensão inextricavelmente ligada ao discurso humano, reconhece que a aceitação de argumentos não está restrita apenas à sua coerência lógica, mas está intrinsecamente vinculada à capacidade desses argumentos de conquistar a convicção do público-alvo.

Enquanto os axiomas de um sistema formal fazem abstração de qualquer contexto — o que permite comparar um sistema formal a um jogo de xadrez — a argumentação insere-se necessariamente em um contexto psicossocial que não pode ser totalmente separado das forças subjacentes sejam elas militares, econômicas, institucionais ou ideológicas. Falar de uma argumentação pura, ou de uma teoria pura do direito, é desprezar elementos sem os quais o raciocínio prático funcionaria, por assim dizer, no vazio: essa é uma perspectiva que só pode atrair os que ignoram tudo sobre a argumentação e veem o raciocínio prático conforme o modelo do raciocínio teórico e, de preferência, de um raciocínio formal (Perelman, 2000, p. 167-168).

Nesse sentido, a eficácia argumentativa, para Perelman, reside não apenas na estrutura lógica dos argumentos, mas também na habilidade de influenciar e persuadir os destinatários ao considerar a complexidade das motivações e valores que permeiam o auditório específico em questão. Essa ênfase na persuasão implica uma compreensão mais ampla da dinâmica

argumentativa, na qual a persuasão não é apenas um componente acessório, mas um elemento fundamental na avaliação da efetividade do discurso retórico.

3.2.1.2 Auditório Particular X Auditório Universal

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) propuseram que os argumentos mais eficazes são aqueles que conseguem persuadir esse auditório e que incorporam elementos como clareza, relevância, e conexão emocional. Os autores argumentam que um discurso persuasivo não é apenas uma demonstração de lógica e evidências, mas sim uma adaptação sensível ao contexto específico e às inquietações específicas do público-alvo.

É necessário, para tanto, conceituarmos as diferenças entre auditório particular e auditório universal. Para Perelman (1993, p. 33), o auditório é composto pelo “conjunto daqueles que o orador quer influenciar pela sua argumentação”, esse conjunto pode tratar apenas do orador ou da humanidade como um todo. No caso do auditório particular, este pode se referir a uma única pessoa ou a um restrito grupo de pessoas. Já o auditório universal, é composto por todos aqueles que detêm a capacidade de seguir uma argumentação que previamente determina o que é uma verdade objetiva.

A concepção de Perelman destaca a importância de ajustar o tom, estilo e conteúdo do argumento de acordo com as nuances do auditório. Isso implica um reconhecimento profundo de que diferentes grupos e indivíduos possuem perspectivas diversas, e demandam uma abordagem flexível e personalizada para alcançar a máxima eficácia persuasiva. Portanto, a capacidade de sintonizar o discurso com a sensibilidade do auditório não é apenas uma habilidade desejável, mas uma condição *sine qua non* para atingir o objetivo persuasivo.

O estudo dos auditórios poderia igualmente constituir um capítulo de sociologia, pois, mais que do seu caráter pessoal, as opiniões de um homem dependem de seu meio social, de seu círculo, das pessoas que frequenta e com quem convive: "Você quer", dizia M. Millioud, "que o homem inculto mude de opinião? Transplante-o". Cada meio poderia ser caracterizado por suas opiniões dominantes, por suas convicções indiscutidas, pelas premissas que aceita sem hesitar; tais concepções fazem parte da sua cultura e todo orador que quer persuadir um auditorio particular tem de se adaptar a ele. Por isso a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados, de tal maneira que, em larga medida, desses próprios discursos que nos julgamos autorizados a tirar alguma informação a respeito das civilizações passadas (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 23).

Em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a relevância do auditório reside na compreensão de que a persuasão não é uma via de mão única, mas uma interação dialética entre o orador e o público. Essa interação exige uma percepção apurada das características e

expectativas do auditório, ao possibilitar a construção de argumentos que ressoem de maneira convincente e se alinhem com as experiências e valores do público-alvo.

3.2.1.3 *Acordos e Acordos Prévios*

Para tanto, é necessário retomarmos o conceito de acordo, em contextos nos quais o foco do debate não reside na verdade de uma proposição, mas sim no valor associado a uma decisão, opção ou ação, considerados sob os prismas de justiça, equidade e razoabilidade. A veracidade ou falsidade de uma proposição emerge como apenas um dos vários motivos que determinam a aceitação ou rejeição de uma tese específica, uma vez que esta pode ser acolhida ou rechaçada com base em critérios de oportunidade, utilidade social, justiça ou equidade. Esta complexidade se evidencia, por exemplo, no cenário judiciário, onde, frequentemente, prioriza-se a adesão a outros valores em detrimento da busca exclusiva pela verdade (Da Silva, 2008).

Os argumentos podem fortalecer-se mutuamente, mas podem também combater-se, e é raro que, contra as razões em favor de uma tese, não se possam alegar razões em sentido contrário. A argumentação nunca é impositiva como a demonstração, sendo por isso que será mais frequente o acordo sobre o ponto inicial da argumentação do que sobre as conclusões para as quais tende o discurso do orador (Perelman, 2000, p. 171).

Para o orador, iniciar o discurso envolve a seleção cuidadosa de fatos, valores e "lugares-comuns", e sua habilidade de conferir a esses elementos uma presença significativa por meio de técnicas de apresentação. Daí depreende-se o conceito de “acordos prévios”.

O acordo se impõe nos casos em que ou faltam ou são insuficientes os meios de prova e também nas ocasiões em que o objeto do debate não é a verdade de uma proposição, mas sim o valor de uma decisão. Nesse sentido, uma tese será aceita se for oportuna, justa e socialmente útil (Ferreira, 2010, p. 145-146).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) dividem os objetos de acordo em fatos, verdades e presunções. Como base de análise, para o presente trabalho, focaremos no conceito de verdade apontado pelos filósofos que desafiam a concepção clássica da verdade como uma correspondência direta com a realidade objetiva. Em vez disso, eles propõem que a verdade seja entendida como uma construção intersubjetiva, que emerge da interação argumentativa entre sujeitos dotados de perspectivas individuais. Dessa forma, a verdade torna-se um produto da aceitação coletiva dentro de uma comunidade argumentativa específica.

A teoria de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) destaca que a verdade é moldada por normas, valores e crenças compartilhadas. Ela não é uma entidade absoluta, mas sim um consenso dinâmico que evolui no diálogo e na troca de argumentos. Esse entendimento desafia

a rigidez da objetividade, e reconhece que diferentes comunidades podem sustentar diferentes verdades, cada uma válida dentro de seus próprios contextos culturais e sociais. Além disso, Perelman e Olbrechts-Tyteca destacam a importância do auditório, na determinação da verdade em um discurso persuasivo. Eles argumentam que a persuasão eficaz não apenas reconhece a verdade compartilhada pela comunidade, mas também adapta essa verdade às predisposições e valores específicos do público. Assim, a verdade se torna um instrumento flexível nas mãos do orador, moldada e ajustada para atender às expectativas e aceitações do auditório.

Ao examinar o conceito de verdades em Chaim Perelman, somos desafiados a abandonar uma visão simplista e monolítica da verdade em favor de uma compreensão mais sofisticada e relacional. Sua abordagem não apenas desmistifica a noção de objetividade absoluta, mas também ressalta a natureza fluida e adaptável da verdade no complexo tecido da argumentação retórica. Nesse contexto, a verdade não é apenas descoberta, mas construída através do diálogo e da interação persuasiva.

Em consonância com os ensinamentos de Perelman e Olbrechts-Tyteca, Ferreira (2016) nos elucida com os conceitos — que serão muito caros na análise da construção do conceito de verdade em diferentes tipos de discurso — de discurso autoritário, discurso dominante e discurso instituinte.

O discurso autoritário refere-se a uma modalidade retórica que busca estabelecer e manter a autoridade de uma figura ou instituição sobre uma audiência. Esse tipo de discurso muitas vezes se caracteriza por uma linguagem assertiva, dogmática e impositiva, e muitas vezes emprega estratégias persuasivas que buscam minar a resistência intelectual da audiência, com a promoção da conformidade e a submissão, “é, contudo, o discurso autoritário das instituições que alimenta e configura o discurso dominante”(Ferreira, 2010, p. 98).

Este, o dominante, se refere à narrativa prevalente em uma sociedade ou cultura, e representa as ideias e valores que ocupam uma posição proeminente. Este discurso, muitas vezes, é moldado pelos grupos que detêm poder e influência na sociedade, não apenas reflete as relações de poder existentes, mas também as perpetua.

Por fim, o discurso instituinte, aquele que se opõe ao dominante, refere-se às narrativas e práticas discursivas que são formalmente aceitas e consolidadas dentro de instituições específicas, como governos, organizações religiosas, ou sistemas educacionais, muitas vezes se relaciona com a preservação da ordem social e a reprodução das normas culturais vigentes, a sua importância repousa na possibilidade de remodelação de conceitos, “na reconsideração das leis, dos valores, da ética, da moral e na amplitude das relações humanas” (Ferreira, 2010, p. 98). Ferreira, brilhantemente exemplifica a diferença e relação entre o discurso dominante e

instituído:

O discurso dominante faz acreditar que a única união legal é a de um homem e uma mulher. Se o auditório não partilhar dessa crença, iniciará um processo de desconstrução do que é dominante e instituído por meio de uma penosa e lenta construção de um discurso instituinte (Ferreira, 2018, p. 98).

Diante dos conceitos apresentados, passamos analisar a questão da verdade, um dos objetos de acordo de Perelman e Olbrechts-Tyteca, na transição do discurso dominante para o discurso instituído.

3.2.1.4 A construção da verdade nos discursos instituídos e dominantes

No discurso dominante, Perelman e Olbrechts-Tyteca sugerem que a construção da verdade é muitas vezes guiada por estratégias retóricas que favorecem a adesão a ideias ou valores específicos. Essa construção não é um processo neutro, mas sim uma manifestação complexa de escolhas retóricas que moldam a percepção pública da verdade. Aqui, a persuasão desempenha um papel fundamental, pois o orador, ao selecionar argumentos e estratégias, não apenas busca convencer, mas também influenciar a própria concepção de verdade dentro da audiência.

No entanto, a transição para o discurso instituído revela uma mudança significativa na dinâmica. Perelman e Olbrechts-Tyteca argumentam que, ao longo do tempo, certas construções da verdade podem solidificar-se e tornar-se parte integrante do tecido social. O discurso instituído representa um conjunto de ideias que, por meio de repetição, aceitação coletiva e influência contínua, passa a ser encarado como verdadeiro pela sociedade. Aqui, a persuasão inicial do discurso dominante se transforma em uma espécie de consenso social, onde a verdade é internalizada e instituída como uma norma cultural.

A perspicácia de Perelman e Olbrechts-Tyteca reside na compreensão de que a verdade não é apenas uma proposição lógica, mas um fenômeno dinâmico moldado pela retórica e pela interação social. Eles desafiam a visão simplista de uma verdade única e objetiva ao introduzirem a ideia de que diferentes discursos competem pela construção da verdade, e essa construção é influenciada pelas complexidades da persuasão e pela evolução cultural.

3.2.1.5 Os Argumentos Quase Lógicos

Em contraposição à lógica tradicional, que se limita à dedução e à indução, Perelman

destaca a importância dos argumentos que, embora não possuam a estrutura silogística típica, exercem uma influência significativa na esfera da persuasão. Os "argumentos quase lógicos" constituem uma ponte entre o racional e o persuasivo e desafiam a dicotomia simplista entre o válido e o inválido, “a argumentação, sabemos, rejeita o tudo ou nada. Os argumentos quase lógicos, com sua aparência lógica, procuram a identidade ou a transitividade” (Ferreira, 2010, p. 150).

Perelman e Olbrechts-Tyteca reconhecem que a força de um argumento muitas vezes deriva de elementos extralógicos, como a audiência, o contexto cultural e as emoções. Ao considerar esses fatores, ampliam a compreensão da argumentação e destacam que a persuasão eficaz não se limita a uma mera manipulação da lógica formal, mas abrange a habilidade de conectar-se com as preocupações, valores e crenças do público-alvo.

Os argumentos quase lógicos são aqueles cuja estrutura lógica lembra os argumentos da lógica formal, mas não possuem o mesmo rigor por não ter valor conclusivo, já que é impossível eliminar da linguagem comum toda a ambiguidade e as múltiplas possibilidades de interpretação. Assim, para cada argumento lógico, de validade reconhecida e incontestável, corresponderá um argumento quase lógico, de estrutura semelhante, cuja força persuasiva consiste justamente na sua proximidade com a que (Ferreira, 2010, p. 150).

Dessa forma, os *argumentos quase lógicos*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca ressaltam a natureza dinâmica e contextual da argumentação, que rompe com uma abordagem estritamente formalista. Sua teoria proporciona uma estrutura robusta para compreender a arte da persuasão, ao reconhecer a interseção complexa entre a lógica, a retórica e os aspectos psicossociais da comunicação. No Quadro 2, a seguir, alicerçados, também, pelos estudos de Ferreira (2010), indicamos os principais *argumentos quase lógicos*, elencados por Perelman e Olbrechts-Tyteca

Quadro 2 - Análise dos Argumentos Quase Lógicos.

<i>Argumentos Quase Lógicos</i>	Descrição
Incompatibilidade	Argumenta destacando a incompatibilidade entre diferentes posições e enfatiza a impossibilidade de coexistência.
Ridículo	Utiliza o humor ou a ridicularização para desacreditar uma posição e apela para a emoção e a percepção negativa.

Definição	Busca influenciar através da definição e interpretação de termos-chave ao moldar o entendimento do público sobre os conceitos em discussão.
Regra de Justiça	Baseia-se em regras e princípios de justiça para fundamentar uma posição e apela para a noção de equidade e valores éticos.
Reciprocidade	Argumenta com ênfase na reciprocidade, ao destacar a necessidade de ações semelhantes ou equivalentes em resposta a uma situação.
Transitividade	Estabelece relações transitivas entre diferentes elementos ou argumentos, ao argumentar que, se uma coisa é verdadeira em relação a outra, ela deve ser verdadeira em relação a uma terceira.
Inclusão das Partes no Todo	Argumenta com ênfase na importância das partes para o todo e destaca a interdependência e a contribuição de cada elemento para o conjunto.
Divisão do Todo em Suas Partes	Argumenta com destaque à necessidade de considerar individualmente as partes de um todo, com ênfase à análise detalhada e a avaliação específica.
Comparação	Estabelece comparações entre diferentes elementos ou situações para destacar semelhanças ou diferenças significativas e influenciar na interpretação do público.
Sacrifício	Apela para o sacrifício em prol de um bem maior e busca influenciar a audiência através de uma demonstração de altruísmo.

A partir dos estudos de Ferreira (2010), observamos que desde a exploração de contradições até a utilização de técnicas de ridicularização, os argumentos quase lógicos demonstram a flexibilidade da retórica para se adaptar a diferentes contextos e públicos.

3.2.1.6 Os Argumentos Baseados na Estrutura do Real

Essa perspectiva, baseada nos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca, destaca a importância de considerar não apenas a lógica formal, mas também as características da audiência, a dinâmica social e as circunstâncias específicas ao formular argumentos persuasivos.

Os argumentos baseados na realidade (na estrutura do real) são aqueles cujo fundamento encontra-se na ligação existente entre os diversos elementos da realidade. Uma vez que admite que os elementos do real estão associados entre si, em uma dada ligação, é possível fundar sobre tal relação uma argumentação que permite passar de um destes elementos ao outro. Podem ser de sucessão ou coexistência (Ferreira, 2010, p. 161-162).

Perelman enfatiza que os argumentos baseados na estrutura do real exploram as características intrínsecas da realidade percebida e são capazes de mobilizar o consenso público. Essa abordagem procura estabelecer uma conexão direta entre os argumentos apresentados e a experiência cotidiana das pessoas, buscando, assim, uma base sólida para a persuasão.

Ao invocar elementos da realidade percebida, Perelman reconhece que a persuasão eficaz não ocorre apenas através de formalismos lógicos, mas também através da capacidade de os argumentos ressoarem com as experiências compartilhadas. Essa abordagem destaca a importância de tocar em valores, emoções e contextos culturais para tornar os argumentos mais persuasivos e relevantes para a audiência.

Quadro 3 - Análise dos Argumentos Baseados na Estrutura do Real.

<i>Argumento Baseado na Estrutura do Real</i>	Descrição
Ligações de Sucessão	Argumenta com destaque relações de sucessão ou ordem cronológica, com ênfase à eventos ou ideias que ocorrem sequencialmente.
Argumento Pragmático	Baseia-se nas considerações práticas e nas consequências de uma ação, ênfase na eficácia ou utilidade de seguir um determinado curso de ação.

Argumento de Desperdício	Destaca o desperdício de recursos, tempo ou esforço, argumenta contra uma ação com base na ineficiência ou falta de utilidade percebida.
Argumento de Direção	Argumenta apontando para uma direção específica, destaca a necessidade de seguir um determinado caminho ou curso de ação para atingir objetivos desejados.
Argumento de Autoridade	Baseia-se na autoridade de fontes confiáveis ou especialistas para reforçar um argumento. A persuasão é alcançada ao apelar para a confiança na fonte.
Argumento de Hierarquia Dupla	Enfatiza a existência de duas hierarquias ou padrões de avaliação diferentes, sugerindo que um padrão superior deve ser seguido. Pode envolver comparações entre valores.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.1.7 Os Lugares Comuns

Na mesma esteira, outro conceito central na teoria de Perelman é a noção de *topoi* (lugares comuns). Esses "lugares comuns" são estratégias argumentativas que podem ser aplicadas em diferentes contextos para construir argumentos convincentes, em consonância com sua abordagem centrada na persuasão, Perelman destaca que esses lugares comuns representam uma ferramenta estratégica para influenciar o público-alvo de maneira eficaz, transcendendo, muitas vezes, as limitações das regras lógicas estritas.

Aristóteles criou uma disciplina, denominada *Tópica*, para estudar a invenção. O objetivo era encontrar os lugares (*topói*) comuns de onde se originam as provas. Para o pensador grego, havia o lugar do acidente, da definição, da divisão, da etimologia, do gênero, da espécie, da diferença, propriedade, casualidade, termos contrários e vários outros. Perelman e Olbrechts-Tyteca simplificaram os *topói* em duas grandes divisões: os *lugares da quantidade* e os *lugares da qualidade*. Os fundadores da nova retórica os consideraram como a premissa maior dos silogismos, aquela que representa uma opinião geral, ampla e aceita pelos ouvintes, capaz de levá-los a aceitar a conclusão (Ferreira, 2010, p. 70).

Os filósofos da Nova Retórica dividiram, em dois, os *topói*: o da qualidade e o da quantidade. O primeiro é aquele que afirma que algo é superior a outro pela sua singularidade,

qualidade ou especificidade. Já o lugar da quantidade, está ligado a questão quantitativa. Outros lugares como: da ordem essência; do existente; do lugar derivado; do valor da pessoa; da juventude; da beleza; da sedução; da saúde; do prazer; do status; da diferença; do lugar da tradição; da modernidade; da autenticidade; da qualidade/preço, também são abordados por Perelman e Olbrechts-Tyteca, mas “os precursores da nova retórica afirmam que todos os lugares podem ser reduzidos ao da quantidade e da qualidade” (Ferreira, 2010, p. 73).

Ao explorar os *topói*, Perelman e Olbrechts-Tyteca, reconhecem que os argumentos persuasivos nem sempre precisam aderir rigidamente à lógica formal para serem convincentes. Em vez disso, a eficácia reside na habilidade de identificar e empregar esses elementos amplamente aceitos pela audiência, o que possibilita uma conexão emotiva e intelectual. Os lugares comuns funcionam como pontos de ancoragem no discurso, “[...] ligam-se à exploração da hierarquia de valores do auditório, pretendem reforçar a intensidade da adesão que suscitam e ficam à disposição do orador para a criação dos argumentos” (Ferreira, 2010, p. 70), aproveitam-se de crenças compartilhadas e valores consagrados para construir uma base sólida de aceitação.

Dessa forma, a ênfase de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), nos lugares comuns destaca a importância de reconhecer e integrar elementos que ressoam com a experiência comum do público. Isso não apenas fortalece a persuasão, mas também demonstra uma compreensão profunda da dinâmica comunicativa, permitindo que o orador estabeleça uma conexão efetiva com a audiência ao alinhar seus argumentos com conceitos já arraigados na mentalidade coletiva.

3.2.2 Os desafios Retóricos e Oratórios

Campbell, Huxman e Burkholder (2015), chamam a atenção para os obstáculos que o público pode gerar dentro do contexto retórico. Através da tríade que compõe o processo retórico: público, assunto e orador; podem surgir diversos desafios que levam ao insucesso da ação retórica.

De acordo com os autores, os oradores, principalmente os principiantes; cometem dois erros, frequentemente, com relação ao público. O primeiro erro é presumir que a maioria pensa como eles política, religiosa e socialmente. O segundo erro é descreditar o público ou zombar dele por conta das diferenças e idealizar a plateia como “monstro feroz”. Em resumo, a solução — trazida pelos autores — para os dois erros, frequentemente, cometidos pelos oradores é: reconhecer que há diferenças entre si e os indivíduos que compõem o público e ao mesmo

tempo criar laços comuns com esse público através do compartilhamento de experiências.

A obra *Atos de Retórica* (2015), divide o público em quatro categorias. O público empírico que é composto por aqueles que estão expostos diretamente ao ato retórico, também chamado de público imediato. Essa exposição pode se dar presencialmente em uma conferência ou palestra, por meio digital através das redes sociais, impressos de revistas ou qualquer outra forma de mídia. A segunda categoria seria o público-alvo que é o público ideal, aqueles a quem o ato retórico é direcionado. Possivelmente, esse tipo de público divide laços comuns com o orador, os mesmos anseios ou experiências. Este é o público que tem uma maior probabilidade de se sensibilizar com a mensagem dirigida a ele. Já os agentes da mudança ou o público *vip*, são aquele que têm uma tendência a fazer o que o orador deseja: comprar o produto anunciado, investir em alguma causa ou fundação, prestar algum tipo de serviço ou gerar uma mudança de cunho político-social. Por fim, a audiência formada é um público convidado pelo orador a desempenhar papéis. É uma ferramenta explorada pela publicidade na criação de anúncios.

Em resumo, uma ação retórica de sucesso tem a participação do público do início ao fim, e esse público tem que perceber esse ato retórico como relevante para as suas necessidades, ao acreditar, que é possível agir e que é, acima de tudo, possível alcançar o objetivo desejado.

Após a análise dos tipos de grupos, os autores passam a abordar os desafios retóricos ligados ao público. Eles se dividem, também, em quatro categorias: a desatenção, a má interpretação a falta de motivação e a inércia. O primeiro desafio que o orador pode enfrentar é o de conquistar e manter a atenção do público, dada a competição com os diversos outros elementos persuasivos como: internet, celulares, amigos e mensagens, por exemplo; além do caráter seletivo do público ao escolher as mensagens as quais deseja se expor. As atitudes influenciam profundamente a interpretação e percepção do público e isso pode acarretar uma má interpretação entre o que foi dito pelo orador e o que foi entendido pelos ouvintes. Para que isso não aconteça o orador precisa organizar o conteúdo apresentado, estabelecer conclusões claras e explícitas e as relações entre as ideias, para que o público possa interpretar com precisão aquilo que está sendo dito.

Campbell, Huxman e Burkholder (2015); analisam a falta de motivação; os valores expressam opiniões sobre aquilo que é certo, importante, bonito; o ideal de liberdade, igualdade ou honestidade e direcionam como se deve agir ou quais objetivos buscar. Eles variam sensivelmente e surgem de três fontes: biológica, cultural, e as idiosincrasias, que são os valores individuais. O orador deve reconhecer que a falta de motivação do público é decorrente das necessidades e valores de cada tipo de público, caso não haja essa percepção, o orador poderá ter a sua ação retórica frustrada por uma audiência que não se vê motivada e que não

toma parte no ato retórico. Por fim, os autores apontam para a inércia que é a resistência do auditório ao ato retórico; nesse sentido, o público resiste em mudar suas concepções e ideias e, também, ignora os pedidos de ação vindos do orador. É a dificuldade de mudança de comportamento e atitude do público.

Os autores expõem uma análise clara e muito objetiva dos tipos de público e os obstáculos que um orador pode enfrentar durante uma ação retórica; mas que, de acordo com eles, dificilmente surgem simultaneamente em uma mesma ação. Fica claro, que os atos retóricos que promovem ações específicas, viáveis e imediatas para o público são os que possuem uma tendência a serem os mais bem sucedidos; isso se dá graças a uma interação entre o público e o orador. A participação do auditório no ato retórico pode ser a maneira mais eficaz de influenciar atitudes e até mesmo a mudança delas.

Na retórica há mecanismos que podem influenciar a interpretação do público, através da alteração da percepção, formulação de crenças e da criação de experiências virtuais. Essas experiências virtuais são decorrentes dos símbolos, figuras e ideias que a partir de sensações e experiências anteriores podem ser recriadas de maneiras diferentes e única para cada leitor

Em resposta às palavras do retórico, você pode imaginar uma cena e criar uma imagem, e o que você consegue é uma experiência virtual — experiência resgatada e moldada pela sua resposta aos símbolos produzidos por outro. A comunicação efetiva cria uma imagem ou ideia na sua mente que se aproxima da imagem ou ideia que o interlocutor quer transmitir (Campbell *et al.* 2015, p. 12).

Mas, essas mudanças de crenças, como ressaltam os autores *em Atos de Retórica* (2015), não ocorrem de uma hora para outra após uma única mensagem, elas são resultados de um processo contínuo, decorrente de uma exposição sistemática e duradoura a diversas mensagens diferentes para que se perpetue aquilo que foi institucionalizado. Em síntese, a ação retórica é um processo crescente de interação entre o retórico e o público onde pode ocorrer alterações de percepções e uma consequente busca por explicações; dessa forma, poucos são os que alcançam, de fato, a mudança de atitudes e crenças do público; a maioria só confirma uma posição ou reforça uma explicação que o público já considerava aceitável.

Campbell *et al.* (2015), se dedica a fazer uma análise sobre os desafios decorrentes do assunto e da finalidade. Após a análise dos desafios gerados pelo público os autores, apontam para a relação entre esse auditório e a questão. Já vimos que para o sucesso de uma ação retórica, o orador deve promover uma interação entre ele e o público. Agora, passamos a questionar “o público é convidado a considerar o tema e a finalidade é a resposta que o orador pretende evocar no público” (Campbell *et al.*, 2015, p. 197). Os obstáculos decorrentes do assunto se dividem em duas categorias: aqueles oriundos da complexidade e aqueles causados pela cultura.

A complexidade de um tema pode gerar uma resistência por parte do público para a criação de uma ação retórica conjunta. Frequentemente, os temas considerados complexos são aqueles considerados distantes das experiências pessoais do auditório; os que necessitem de conhecimento prévio, saber técnico ou um grau de competência, ou instrução especial ou aqueles que se interligam a diversas outras questões também complexas.

Ou seja, o público resiste em participar dos atos retóricos que não tenham grande importância em sua vida normal, sentindo-se desconfortável com temas que demandem decisões para as quais não se sente competente e que são, muitas vezes, dominados por indivíduos com conhecimentos mais amplos (Campbell et al, 2015 p. 199).

O outro ponto trazido pelos autores, é o obstáculo decorrente de questões histórico-culturais atreladas a um determinado assunto. Isso significa que, certos temas, causam uma resistência no público por já existirem ideais e conceitos prévios sobre aquela determinada questão e que estão vinculados a conceitos e concepções próprios da cultura daquela plateia. Esse obstáculo pode gerar: indiferença ou tédio, por já haver uma familiaridade da plateia com argumentos existentes; falta de discussão ou debate por uma inflexibilidade do público em tratar de temas considerados tabus, conflitos com os valores culturais e respostas baseadas na emoção sempre que o tema tratar de assuntos sensíveis para a comunidade. No texto *O grito das massas: retóricas e polêmicas*, os autores tratam das questões sociais na retórica e como esses temas podem ser considerados polêmicos ao “‘exortar’ as paixões eufóricas e disfóricas”.

As questões sociais, então adentram o universo discursivo denominado polêmico e se ressaltam sobremaneira a ponto de fermentar mentes e corações em torno de uma causa [...] A retórica, nesses casos, se resalta sobremaneira, pois infiltra-se nos cenários políticos, religiosos, morais e éticos para comprovar a capacidade dos oradores e a reação do auditório (Carmelino; Ferreira, 2019, p. 210).

O tipo de resposta que o orador espera receber do público pode criar uma resistência que, também, se divide em duas categorias: custo da resposta e controle sobre o assunto. A resposta e, conseqüentemente, a ação que o orador espera que o seu público tenha pode gerar um custo para esse auditório; esse custo pode ser o tempo deles, o dinheiro, uma mudança de comportamento, senso de ridículo, entre outras. Quanto maior for o custo considerado por aquele determinado público, maior será a resistência em realizar a ação pedida pelo orador. O segundo obstáculo de finalidade ocorre no momento em que o público acredita que não pode promover a mudança pedida e que não tem controle sobre aquela determinada situação. Para os autores, Carmelino; Ferreira, o papel do auditório emerge como central na busca pela eficácia retórica ao desempenhar a função de "fazer pretendido". Este fazer implica a decisão criteriosa, no contexto dos inúmeros fatores que permeiam a problemática retórica em análise, de quais valores efetivamente merecem apreciação. Isso inclui a determinação do senso comum da

comunidade e a consideração dos interesses pessoais do grupo, aspectos fundamentais para a construção de argumentos que ressoem de maneira significativa junto ao público-alvo.

4 RAZÃO E REVOLUÇÃO – O USO DE ELEMENTOS RETÓRICOS E SOCIAIS NO HISTÓRICO DISCURSO "AIN'T I A WOMAN?"

4.1 Entre o homem e o açoite. Quem foi Sojourner Truth?

Sojourner Truth (1797-1883) é um expoente na luta pela causa abolicionista e feminismo negro nos Estados Unidos, analfabeta durante toda sua vida, desenvolveu a habilidade da oratória que a tornou símbolo da resistência.

Sojourner Truth não foi uma “autora”, ao menos não de textos escritos. Mas seus discursos compõem várias coletâneas do pensamento feminista, do pensamento abolicionista e também figuram em antologias dos melhores discursos estadunidenses de todos os tempos.

Que oradora foi essa, iletrada das palavras escritas, que conseguiu, com tanta argúcia, utilizar, por meio da oralidade, eloquência e estratégia discursiva, a ponto de tornar-se respeitada entre pares homens e mulheres, negros(as) ou brancas(os) e ser recebida pelo presidente Abraham Lincoln? (Abreu, 2022, p. 67).

Sojourner nasceu sob o nome de Isabella Baumfree, possivelmente em 1797, no Condado de Ulster - Nova York, e por esse motivo não foi contemplada com os benefícios da primeira lei norte americana de 1799 que, muito aos poucos, começava a abolir a escravidão daqueles que nasciam após a sua promulgação, mas apenas depois que completassem 21 anos de vida. Sua família era composta por seus pais e outros doze irmãos, todos propriedades do escravocrata Charles Ardinburgh. Sojourner foi vendida em um leilão, aos nove anos de idade, após a morte de seu detentor, para um novo dono de escravos, John Neely, muito mais cruel, infligia toda sorte de abusos físicos e psicológicos na pequena garota. Sobre seu primeiro “dono”, Abreu (2022) traz algumas reflexões deixadas por Truth em sua auto-biografia.

Dentre as *memórias* de Isabella, recebem destaque a do seu senhor Charles Ardinburgh, que transformou sua propriedade em um hotel, após o declínio econômico de seu pai (Truth, 2000, p. 575). Uma cela no subsolo do hotel que servia como dormitório dos escravizados, era o lugar onde todos eram “possuídos”, em todos os sentidos. Nas *memórias* de Truth, aquilo que ocupa o principal lugar não eram as condições materiais precárias do lugar, mas a esperada obediência que se apresentava como voluntária, do ponto de vista do senhor – portanto, era um como se, e não de fato voluntária – e inteligente daqueles que estavam na condição de escravizados. O que exatamente significava o termo “intelligent” não fica claro. De acordo com ela, o que justificava essa expectativa de seu senhor era sua condição de homem (Truth, 2000, p. 576, apud Abreu, 2022, p. 68).

Posteriormente, foi comercializada algumas outras vezes e em 1815, de um relacionamento amoroso com Robert, um escravizado de outro senhor, teve sua primeira filha, Diana. Robert foi espancado até a morte e Sojourner foi obrigada, por seu último senhor, a casar-se com outro escravizado muito mais velho, dessa relação nasceram seus outros 4 filhos (Abreu, 2022, p. 69).

Desde 1799 o Estado de Nova York, avançava no desenvolvimento da pauta

abolicionista e consequente legislação, mas a emancipação dos escravizados só viria, de fato, em 4 de julho de 1827. Para o restante do país a liberdade só ocorreria em 1865, após a Guerra Civil, mas somente em registros em papel. Sojourner acreditava em sua alforria, que havia sido prometida por seu senhor, mas este não cumpriu com a promessa, o que fez com que Truth fugisse para o Canadá em 1826 na companhia apenas de sua filha mais nova, uma vez que, em conformidade com a legislação da emancipação vigente à época, as outras crianças não poderiam ser libertas até que completassem vinte e um anos de idade.

No Canadá, Sojourner foi acolhida por uma família abolicionista que adquiriu seus serviços de Dumont, seu senhor norte-americano, que manteve a posse dos outros 4 filhos de Truth. Uma dessas crianças foi vendida ilegalmente por Dumont, após a promulgação do “New York State Emancipation Act”, em 4 de julho de 1827, isso fez com que Truth fosse até os tribunais contra o seu antigo senhor por intermédio da família, Van Wegener, pela qual ela havia sido acolhida.

Isabella Baumfree, mais tarde se tornaria Sojourner Truth. A partir de sua inteligência, se tornou a primeira mulher negra a vencer um processo movido contra um homem branco, o primeiro degrau da escada que a consagraria como um novo expoente e líder na luta das mulheres negras da época (Barcella; Lopes, 2018). Esse episódio, aliado ao assassinato de sua filha e de outro filho que preferiu ficar na companhia de seu senhor do que da própria mãe, fizeram com que Truth buscasse consolo na religião, “Isabella necessitava buscar a dimensão espiritual de sua condição de sujeito” (Abreu, 2022, p. 69). É importante ressaltar que o acesso aos textos bíblicos, por Truth, se dava por meio de terceiros devido ao seu analfabetismo. Nesse sentido, a abolicionista preferia a leitura realizada pelas crianças, porque, na sua opinião, as crianças não adicionavam à leitura as suas interpretações e isso possibilitava a Truth desenvolver as suas próprias:

Essa autonomia iria revelar-se em outras dimensões. Ela, iletrada na escrita, se considerava “leitora de pessoas e nações” (Stetson; David, 1994, p. 3). Seu empenho nos estudos religiosos e, mais tarde, na leitura rotineira de jornais deu a ela a capacidade de cultivar uma ética autonomamente construída e de analisar os acontecimentos que transformariam sua elaboração mental e emocional em uma potente capacidade de comunicação. Essa comunicação foi feita com palavras, em discursos públicos, com plateias pouco receptivas e bastante exigentes (Abreu, 2022, p. 69).

Apenas em 1º de julho de 1843 Isabella Baumfree, oficialmente, adotou o nome de Sojourner Truth, “Verdade Peregrina” em tradução literal para o português, “esse o nome que ela escolheu para si, relegando os outros que lhe foram atribuídos, seus nomes de escravizada” (Cardoso; Silveira, 2020, p. 7).

[...]Isabella resolveu deixar tudo para trás, incluindo o trabalho de doméstica, a

família, seu passado e seu nome de cativa, Isabella Van Wegener, para tornar-se Sojourner Truth, “A verdade Peregrina”. “Truth” porque se dedicaria a ministrar palestras e sermões a quem quisesse ouvir; “Sojourner” porque não se estabeleceria em cidade alguma, iria seguir para onde a estrada lhe levasse (Cardoso; Silveira, 2020, p 9-10).

No ano seguinte, Sojourner Truth ingressou na “Northampton Association of Education and Industry”, em Massachusetts, esta associação foi fundada por abolicionistas que buscavam direitos para mulheres, tolerância religiosa e pacifismo. Neste espaço, Truth conheceu Olive Gilbert e, posteriormente, produziram sua autobiografia “Narrative of Sojourner Truth: A Northern Slave” (A Narrativa de Sojourner Truth: uma Escrava Nortista). Esta obra, ditada por Sojourner para Olive, foi publicada em 1850 e narra as diferentes condições enfrentadas pelos negros que habitavam o sul e o norte dos Estados Unidos da América. Após o lançamento da modesta edição, a história de Sojourner cativou multidões e os convites para palestras passaram a ser cada vez mais frequentes e para auditórios cada vez maiores. A sua projeção e influência a colocou como uma das líderes dos movimentos em prol dos escravizados que haviam sido libertos nos Estados Unidos (Cardoso; Silveira, 2020).

4.2 “Ain’t I a Woman?” (E eu não sou uma mulher?): O *corpus* da análise

O texto utilizado como *corpus* de análise é uma transcrição do discurso proferido em 1851, de improviso, por Sojourner Truth, publicada em 23 de abril de 1863 no “The New York Independent” pela transcritora estadunidense Frances Dana Barker Gage (1808-1884), mulher branca, ativista dos direitos femininos, abolicionistas e presidente daquela Convenção, doze anos após a conferência histórica (Cardoso; Silveira, 2020).

É essencial ressaltar que antes da transcrição, tardia, de Gage consagrar historicamente o discurso de Truth, outra figura que estava na plateia da convenção também realizou o feito de transcrever as palavras da ativista. Marius Robinson (1806-1878), jornalista e secretário da Convenção, além de amigo de Truth, publicou logo após a Convenção de maio de 1851, em junho do mesmo ano, no jornal *Anti-Slavery Bugle* — um periódico pró abolicionista, o registro das palavras ditas por Sojourner (Fonseca, 2019).

Foi através do relato de Gage que o discurso de Sojourner Truth ganhou o mundo. Alguns teóricos, no entanto, chamam a atenção para algumas incongruências na transcrição publicada por Frances Gage, como o número de filhos mencionados, por exemplo.

Nesse mesmo sentido, Fonseca (2019) revela que o discurso publicado no periódico pró-abolicionista por Marius Robinson, reflete uma figura um tanto quanto diferente daquela

retratada pela famosa transcrição. O texto de Robinson não apresenta as marcas estereotipadas das falas das mulheres negras, que algumas vezes causam risos no auditório quando são lidas, como a versão de Gage, mas retrata a astúcia e inteligência de uma grande oradora e pregadora religiosa. É importante destacar que no discurso publicado por Marius Robinson a icônica frase do título nem sequer ocorre.

Sua versão tem algumas incongruências, como a referência aos “treze filhos” de Sojourner (que só menciona cinco em sua história), além de conferir a Sojourner, cuja língua natal era o holandês, falado em Nova York, um estereotipado sotaque sulista (Cardoso; Silveira, 2020, p. 12).

Apesar das inconsistências, a escolha da transcrição de Gage, em detrimento da publicada por Robinson, se deu pela completude e possibilidade de análise para além dos elementos retóricos, dos elementos proxêmicos e cinésicos incluídos nos colchetes pela transcritora. A escolha se deu, também, pelo fato de o relato de Frances Gage contextualizar e esclarecer determinadas passagens ambíguas presentes no texto de Robinson. Cumpre salientar ser apenas por meio desta versão que se revela a frase-título: “Ain’t I a Woman?” (E eu não sou uma mulher?) (Cardoso; Silveira, 2020).

Quadro 4 - O Corpus de análise.

Ain’t I a Woman? (E eu não sou uma mulher?)

Por Sojourner Truth - (Tradução de Carla Cardoso)

Bem, filhos, onde há muita confusão deve haver alguma coisa fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de niggers do Sul com as mulheres do Norte, todos falando sobre direitos, os homens brancos vão ficar em apuros logo. Mas sobre o que todos aqui estão falando?

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, e que têm que ser erguidas para passarem sobre poças, e terem os melhores assentos em qualquer lugar.

Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama e nem me deu o melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! [E ela ergueu o punho para revelar sua tremenda força muscular]. Tenho arado e plantado e ceifado, e nenhum homem poderia me superar! E eu não sou uma mulher? Eu posso trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem — quando consigo comida — e também aguentar o chicote! E eu não sou uma mulher? Eu carreguei treze filhos, e via a maioria ser vendida como escravo, e quando chorei minha tristeza de mãe, só tinha Jesus para me ouvir! E eu não sou uma mulher?

Então eles ficam falando sobre essa coisa na cabeça; como é que chamam isso mesmo? [“Intelecto”, sussurrou alguém perto] É isso, meu bem. O que isso tem a ver com os direitos das mulheres ou dos negros? Se meu copo só comporta meio galão, e o seu comporta um galão, não seria maldade sua não deixar minha meia-medida? [Ela apontou seu indicador e lançou um olhar penetrante para o ministro que havia apresentado tal argumento. Os aplausos foram longos e ruidosos.]

Aquele homenzinho de preto ali, ele diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens, “porque Cristo não era uma mulher!”. De onde vem o seu Cristo?

[Um trovão não teria paralisado a plateia tanto quanto aquela voz maravilhosa, profunda, enquanto ela ali se erguia, com os braços estendidos e o olhar de fogo.] De onde vem o seu cristo? Vem de Deus e de uma mulher! Homens não têm nada a ver com Ele.

[Voltando-se agora para outro dos que faziam objeção aos direitos das mulheres, ela passou a defender a mãe Eva. Não consegui acompanhá-la. Foi certo, arguto e solene. Cada frase provocava aplausos ensurdecedores]. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o suficiente para virar sozinha o mundo de cabeça para baixo, estas mulheres juntas [e contemplou a plateia] devem ser capazes de trazê-lo de volta, e colocá-lo na posição certa novamente!

E agora elas estão pedindo para fazer isso é melhor os homens deixarem. [Um longo e celebratório aplauso foi a resposta]. Obrigada por me ouvirem. Agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer

Fonte: SOJOURNER, Truth. “Ain’t I a Woman? (E eu não sou uma mulher?)”- O discurso. In: E eu não sou uma mulher? A narrativa de Sojourner Truth. Tradução: CARDOSO. CARDOSO e SILVEIRA (ed). São Paulo: Ímã Editorial, 2020.

4.2.1 Análise retórica do Discurso de Sojourner Truth

Em 29 de maio de 1851, já consagrada como oradora, Sojourner Truth foi convidada a participar, como espectadora, da Convenção de Direitos das Mulheres em Ohio, nos Estados Unidos. Em um auditório, composto por clérigos e mulheres, em que se discutia os direitos das mulheres nos Estados Unidos da América, Truth se pronunciou após não concordar com os posicionamentos dos pastores que se colocavam contrários à causa por considerarem as mulheres frágeis com a justificativa de serem intelectualmente débeis, porque Jesus foi um homem e não uma mulher e, porque, por fim, a primeira mulher fora uma pecadora (Korus, 2017).

Sojourner Truth é, até os dias de hoje, lembrada por sua célebre pergunta retórica proferida na convenção de 1851, ao destacar a marginalização das mulheres afro-americanas

pelo movimento feminista, Truth provocou a convenção das sufragistas com a indagação: "E eu não sou uma mulher?". Sojourner, que fora convidada para discursar na convenção, ergueu-se para expressar sua perspectiva, ao reafirmar para seu auditório composto, majoritariamente, por mulheres brancas que elas representavam os interesses de toda uma categoria, e que as mulheres negras almejavam participar no processo político de forma tão significativa quanto suas colegas brancas. De acordo com France Gage, presidenta da Convenção, poucas eram as mulheres que ousavam discursar em eventos daquele tipo (Davis, 2016).

Não é possível afirmar a origem de tamanha eloquência e persuasão, mas acredita-se que, em partes, tenha sido absorvida do profundo contato de Sojourner com as Igrejas protestantes e a discursividade religiosa. Desta experiência, Truth extraiu seus argumentos humanistas em combate à desumanização da população negra que tampouco era considerada humana. Por meio da religiosidade, Sojourner reivindicava a igualdade entre as raças basedas nas sagradas escrituras (Abreu, 2022).

4.2.2 O *Ethos* Retórico de Sojourner Truth

Ao analisarmos os estudos de Ferreira (2010) sobre a questão do *ethos*, depreendemos que a eficácia da comunicação está intrinsecamente relacionada com a consideração atenta das características do público-alvo. O orador, ao elaborar seu discurso, deve ser perspicaz ao entender e respeitar o conjunto de valores, crenças e expectativas que permeiam seu público. Nessa interação simbiótica, o orador se torna um artesão da persuasão, ao modular o seu discurso de acordo com as predisposições e sensibilidades do público. Além disso, o orador precisa estar ciente das características inerentes ao gênero textual que ele seleciona para transmitir sua mensagem.

Cada categoria de discurso possui suas próprias convenções, liberdades e restrições. Em conformidade com a perspectiva bakhtiniana, a seleção consciente do gênero textual emerge como um elemento crítico para a efetividade da comunicação, dada a sua capacidade inerente de moldar não apenas a forma, mas também o estilo e o conteúdo do discurso. Bakhtin (1992), ao abordar a dialogicidade e heteroglossia inerentes à linguagem, enfatiza que o discurso se constitui como um campo complexo de interações sociais e culturais, uma relação entre o orador e o auditório a quem este pretende atingir. Portanto, a adaptação do discurso ao gênero textual não é apenas uma escolha estilística, mas uma estratégia essencial para alcançar os objetivos comunicativos desejados, uma vez que a interação dialógica entre vozes distintas é central na construção do significado e na negociação de sentidos no processo comunicativo.

Nas condições de produção dos enunciados e dos gêneros discursivos inserem-se as intenções comunicativas e as necessidades sócio-interativas dos sujeitos nas esferas de atividade, em que o papel e o lugar de cada sujeito são determinados socialmente. Em cada esfera de uso da linguagem há uma concepção padrão de destinatário a que se dirige o locutor; esse destinatário sempre adota uma atitude responsiva ativa adiante da totalidade acabada do gênero. O discurso estabelece intercâmbios sócio-culturais, fruto de processos cognitivos e conhecimentos acumulados historicamente que atendem a essa atitude responsiva ativa (Veerzeze, 2008, p. 48).

Essa interação entre o orador e o público é complexa, centrada na construção de uma imagem mútua. O orador esforça-se para criar uma imagem que ressoe com as expectativas e aspirações do público e busca estabelecer uma conexão emocional e intelectual. Por outro lado, o público forma uma imagem do orador com base em suas palavras, gestos e presença, o que influencia sua receptividade à mensagem.

Em um auditório composto por pastores homens e, poucas, mulheres, em grande parte brancas, Truth, evoca, em seu discurso, um *ethos* entrelaçado com sua identidade complexa e multifacetada, como uma mulher, ex-escravizada e cristã, o que fortalece sua habilidade de impactar e convencer o seu público.

Sojourner vivenciou em primeira mão as discriminações e desigualdades enfrentadas por seu povo o que confere autenticidade a sua narrativa. Sua experiência como escrava não apenas a credencia como uma testemunha ocular dos horrores da escravidão, mas também a posiciona como uma voz que desafia as opressões e injustiças do sistema escravista. Sojourner ressalta o tratamento experienciado por ela enquanto escravizada e expõe as suas próprias aflições

Ao contar sua própria história ela ganha autoridade para falar sobre liberdade, igualdade e direitos. O *ethos* é reforçado pelo reconhecimento de sua resiliência e força para superar a escravidão, além de sua coragem ao desafiar um sistema opressivo. Em “A Pedagogia do oprimido” (2019), conforme descrito por Paulo Freire, aqueles que foram oprimidos possuem uma perspectiva única e poderosa ao falar sobre a opressão, tornando suas palavras mais impactantes e convincentes.

Como mulher, Sojourner também expõe, por meio de suas experiências a invisibilidade feminina e subjugação das mulheres, principalmente, das mulheres negras. No trecho a seguir, conseguimos observar com bastante clareza as desigualdades entre as mulheres brancas e negras e a discriminação vivenciadas por estas na sociedade escravagista estadunidense, em um momento em que a sociedade reconhecia apenas homens brancos, homens escravizados negros e mulheres brancas, Sojourner ressalta o apagamento da figura negra feminina.

Por fim, Truth se coloca, também como uma mulher religiosa e possibilita um estreitamento de laços e estabelecimento de conexão com os valores e crenças partilhados com o seu público, em parte, composto por pastores homens, ao referenciar citações bíblicas e princípios cristão.

Quadro 5 - Análise do *Ethos* presente no *Corpus*.

Fragmento	Análise
<i>Bem, filhos, onde há muita confusão deve haver alguma coisa fora da ordem</i> <i>Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, e que têm que ser erguidas para passarem sobre poças, e terem os melhores assentos em qualquer lugar. E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! [E ela ergueu o punho para revelar sua tremenda força muscular].</i> <i>Eu carreguei treze filhos.</i> <i>Aquele homenzinho de preto ali, ele diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens, “porque Cristo não era uma mulher!”. De onde vem o seu Cristo? Vem de Deus e de uma mulher! }</i> <i>Agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer</i>	A Oradora estabelece sua autoridade ao se referir ao auditório como filhos e mencionar a desordem existente. Se apresenta como uma mulher forte e trabalhadora que insurge contra estereótipos de gênero. Ela apela para sua própria experiência, e deixa claro sua força física e a dureza de sua vida como uma mulher negra e ex-escravizada. Ao questionar retoricamente, "E eu não sou uma mulher?", ela busca sua identidade como alguém digno de igualdade e respeito. Seu <i>ethos</i> é reforçado por uma autoridade moral que ela atribui a Deus e à criação, dessa forma, a oradora alinha sua luta pelos direitos das mulheres, em específico, as negras à princípios divinos. E finaliza com a imagem de uma mulher velha e sábia

Fonte: Elaborado pela autora.

De maneira concisa, é possível afirmar que Sojourner Truth orquestrou de forma

magistral a construção de seu *ethos*, ao apoiar-se nas intrincadas interseções de sua identidade como mulher negra, ex escravizada e cristã. Esse processo de construção ética se fundamenta na habilidade de Truth em articular, estrategicamente, suas experiências vividas, crenças religiosas profundamente enraizadas e os desafios que enfrentou no contexto sociocultural da época. Ao fazer isso, ela não apenas validou sua autoridade como porta-voz de uma comunidade marginalizada, mas também estabeleceu uma base sólida para persuadir e influenciar seu público. Seu discurso se torna um ato de autolibertação, uma maneira de reivindicar sua humanidade e dignidade. O uso repetitivo da pergunta "Ain't I a Woman?", uma bem pensada figura de presença, não é apenas um desafio à audiência, mas uma reafirmação constante de sua própria identidade.

O aspecto performativo do discurso, inspirado pela teoria de Judith Butler, sugere que a própria ação de falar é uma forma de construção de identidade e poder. Ao ocupar o espaço público com sua voz, Truth está redefinindo as narrativas sobre mulheres negras e suas capacidades. A retórica se torna uma ferramenta para a reconfiguração de normas culturais e sociais. Esse *ethos* multifacetado transcendeu os limites de uma identidade singular e, em vez disso, fundiu-se em um discurso retórico poderoso e autenticamente persuasivo.

4.2.3 Evocando Paixões

Um discurso retórico vai além de simples palavras e argumentos; ele deve ser uma experiência intensa e expressiva, capaz de tocar as fibras emocionais do auditório. A maestria de um orador não apenas reside na habilidade de apresentar ideias de forma articulada, mas também na sua capacidade de cativar e envolver profundamente as paixões dos ouvintes:

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, e que têm que ser erguidas para passarem sobre poças, e terem os melhores assentos em qualquer lugar.

E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! [E ela ergueu o punho para revelar sua tremenda força muscular].

É essencial que o discurso seja agradável ao auditório e crie uma atmosfera propícia para a receptividade das ideias apresentadas. Agradabilidade, neste contexto, não se trata apenas de um tom suave ou palavras doces; é sobre estabelecer uma conexão genuína com a audiência ao reconhecer suas emoções, preocupações e aspirações. Nas palavras de Ferreira (2010):

No discurso retórico, o esforço por despertar emoções, a simpatia (*pathos*) é carga emotiva que subjaz ao argumento e intenta captar a benevolência do auditório. Dessa forma, é possível entender a natureza retórica dos enunciados: valoram-se tanto pelo que significam quanto pelas sensações que despertam (Ferreira, 2010, p. 103).

A capacidade de um orador de tocar as emoções e despertar o interesse do público é

um reflexo de sua aptidão em prolongar a atenção e manter o engajamento. Um discurso bem-sucedido vai além de uma transmissão de informações; ele é uma jornada emocional que estimula a curiosidade e a motivação dos ouvintes para abraçar a causa ou o acordo que está sendo proposto (Ferreira, 2010).

O discurso de Sojourner Truth é um exemplo eloquente de apelo ao *pathos* para alcançar sua mensagem persuasiva e sensibilizar o público sobre a injustiça enfrentada pelas mulheres negras.

Primeiramente, Truth utiliza o *pathos* ao compartilhar sua experiência pessoal como mulher negra — narra os desafios que enfrentou e destaca as dificuldades relacionadas à sua identidade e sua condição como mulher, negra e ex-escravizada. Essa narrativa emocional busca despertar simpatia e compaixão no público, ao apelar para a empatia ao descrever a carga opressiva de seu sofrimento.

Além disso, Truth utiliza linguagem evocativa e metafórica para acentuar seu apelo emocional e recorre à repetição e de uma linguagem poderosa ao perguntar repetidamente “E eu não sou uma mulher?”, dessa forma, enfatiza a disparidade entre a imagem idealizada da mulher na sociedade da época e a realidade da experiência da mulher negra. A eloquência é evidente: num tempo em que as mulheres viviam em más condições, a voz da oradora, grandiosa pela força retórica eficaz e sábia pela sensatez, possibilita ao auditório a oportunidade de refletir sobre uma causa, mas, sobretudo, de sentir a amplitude de uma questão que precisa ser respondida por gestos inadiáveis.

A utilização de linguagem coloquial, como a referência depreciativa aos “niggers do Sul”, é estrategicamente contrastada com a poderosa reivindicação de sua própria identidade e experiência como mulher negra. Ao incorporar o uso de um termo pejorativo, Truth busca provocar uma resposta emocional do público, e torna-os mais receptivos à sua perspectiva. A partir de suas experiências pessoais e sofrimentos, a oradora busca criar uma ligação com o público ao despertar sentimentos de indignação, tristeza e raiva contra as injustiças que enfrentou, bem como inspirar um senso de solidariedade e compaixão entre as mulheres e os defensores dos direitos civis. É inevitável a força do argumento de comparação, extraído de circunstâncias históricas e sociais evidentes e mantidas única e exclusivamente pela manutenção preconceituosa do discurso dominante. Ciente dos lugares comuns que sustentaram secularmente a diferença, a oradora se vale do realce à controvérsia para sustentar suas teses de igualdade. Decifra, assim, com simplicidade, os códigos culturais de sua época:

*Eu carreguei treze filhos, e via a maioria ser vendida como escravo, e quando chorei minha tristeza de mãe, só tinha Jesus para me ouvir! E eu não sou uma mulher?
Então eles ficam falando sobre essa coisa na cabeça; como é que chamam isso*

mesmo? [“Intelecto”, sussurrou alguém perto] É isso, meu bem. O que isso tem a ver com os direitos das mulheres ou dos negros?

Assim, a eficácia de um discurso retórico é medida pela sua habilidade de provocar uma resposta emocional profunda, de modo a influenciar a forma como as pessoas percebem, respondem e se comprometem com a mensagem apresentada. É nessa interação emocional e intelectual que se encontra o verdadeiro poder da retórica, ao moldar opiniões e impulsionar a ação em conformidade com os objetivos pretendidos pelo orador (Ferreira, 2010).

Quadro 6 - Análise do *Pathos* presente no *Corpus*.

Fragmento	Análise
<i>Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama e nem me deu o melhor lugar</i> <i>Tenho arado e plantado e ceifado, e nenhum homem poderia me superar! E eu não sou uma mulher? Eu posso trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem — quando consigo comida — e também aguentar o chicote! E eu não sou uma mulher?</i> <i>Eu carreguei treze filhos, e via a maioria ser vendida como escravo, e quando chorei minha tristeza de mãe, só tinha Jesus para me ouvir! E eu não sou uma mulher?</i> <i>Homens não têm nada a ver com Ele. Estas mulheres juntas [e contemplou a plateia] devem ser capazes de trazê-lo de volta, e colocá-lo na posição certa novamente</i> <i>Obrigada por me ouvirem.</i>	A oradora vele-se de duas paixões em seus argumentos: a indignação e a dor Ao mencionar a venda de seus filhos como escravos, a tristeza de ser mãe e só ter Jesus como ouvinte, evoca uma profunda empatia no auditório. Explora, assim, o lugar da qualidade e ressalta os valores ligados ao preferível, ao melhor e ao pior, o superior e o inferior. A expressão de sua própria dor e resistência cria uma conexão emocional com o auditório e busca despertar compaixão e solidariedade. Ao mesmo tempo demonstra a dupla indignação com as condições vividas pelas mulheres negras (tão diferente das mulheres brancas), que suportavam situações indignas por sua raça e a ausência de direitos às mulheres sob o argumento de homens cristãos de que Deus era um homem.

A retórica de Sojourner Truth, em "*Ain't I a Woman?*" (E eu não sou uma mulher?), representa um exemplo notável de como o uso eficaz do *pathos* pode não apenas sensibilizar o público, mas também mobilizar a audiência para uma causa. O discurso de Truth exemplifica como a habilidade de apelar às emoções do público pode ser uma ferramenta poderosa para avançar os objetivos da retórica persuasiva, especialmente quando se trata de promover a igualdade e justiça social.

4.2.4 Desconstruindo estereótipos por meio do *Logos*

Sojourner Truth fundamenta sua argumentação ao questionar as convenções sociais da época, especificamente o papel da mulher e a concepção errônea da fragilidade feminina. Seu discurso é marcado por uma abordagem lógica, onde ela expõe uma série de argumentos racionais para contestar as ideias preconcebidas da sociedade patriarcal.

Truth emprega uma abordagem dedutiva em seu discurso, aonde parte de premissas gerais para chegar a conclusões específicas e construir um consenso gradual com a audiência. Ela fornece exemplos concretos de sua força física e resistência como mulher trabalhadora, que contrastam com as representações idealizadas de fragilidade feminina. A oradora habilmente utiliza a contraposição para expor as contradições presentes nas concepções de gênero e raça da sociedade.

Ao questionar repetidamente "*Ain't I a Woman?*", coloca em destaque a incongruência entre a realidade de sua própria experiência como mulher negra e as normas estabelecidas. Por meio da contradição, força o auditório a confrontar as disparidades entre a retórica idealizada de feminilidade e a realidade vivida por mulheres negras. Essa estratégia cria um espaço de tensão retórica que motiva a reflexão crítica sobre as visões convencionais.

Ao usar exemplos específicos, constrói argumentos lógicos que apelam para a razão da audiência. O uso de argumentos dedutivos é explorado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), que destacam como uma cadeia lógica de raciocínio pode persuadir o auditório. Esse processo dialético visa estabelecer um terreno comum de compreensão entre ela e a audiência, enquanto leva a audiência a reconsiderar suas próprias perspectivas. Por fim, apela para valores religiosos e éticos compartilhados ao questionar se Jesus não era o filho de Deus, assim como Eva era uma mulher, o que reforça a lógica de igualdade divina. Essa estratégia visa alcançar a audiência mais conservadora e religiosa, enquanto aponta para uma contradição nas crenças discriminatórias.

Quadro 7 - Análise do *Logos* presente no *Corpus*.

Fragmento	Análise
Premissa Maior: <i>Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por poças de lama e nem me deu o melhor lugar. E eu não sou uma mulher?</i> Premissa Menor: <i>Eu posso trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem — quando consigo comida — e também aguentar o chicote!</i> Conclusão: <i>Conclusão: Eu, uma mulher, tenho demonstrado habilidades e resistência iguais às dos homens.</i>	A oradora lança mão do raciocínio dialético (dedutivo). Compara sua força física e habilidades de trabalho com as expectativas tradicionais sobre mulheres e destaca a disparidade entre os sexos
Premissa Maior: <i>Se meu copo só comporta meio galão, e o seu comporta um galão.</i> Premissa Menor: <i>Seria injusto não permitir minha meia-medida.</i> Conclusão: <i>Se há desigualdade na capacidade, deveria haver igualdade nos direitos.</i>	Utiliza a analogia dos copos para ilustrar a injustiça na distribuição de direitos, e assim torna o argumento mais acessível e compreensível.

Premissa Maior: <i>De onde vem o seu Cristo?</i> Premissa Menor: <i>Vem de Deus e de uma mulher.</i> Conclusão: <i>Homens não têm nada a ver com Ele.</i> Premissa Maior: <i>As mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era uma mulher.</i> Premissa Menor: <i>De onde vem o seu Cristo?</i> Conclusão: <i>A origem de Cristo não justifica a restrição dos direitos das mulheres.</i>	Utiliza referências religiosas, como Deus, Cristo e a criação da mulher, para fundamentar seu apelo à igualdade de direitos e conectar-se à crença da plateia .
Premissa Maior: <i>A primeira mulher, Eva, foi forte o suficiente para virar o mundo de cabeça para baixo.</i> Premissa Menor: <i>Se ela conseguiu isso sozinha, as mulheres juntas podem trazer o mundo de volta à posição certa.</i> Conclusão: <i>As mulheres têm o poder coletivo para provocar mudanças significativas.</i>	Utiliza a metáfora de "trazer o mundo de volta à posição certa" para expressar a necessidade de restauração da justiça e igualdade e, dessa forma, tornar o conceito mais tangível

Seu discurso é um exemplo notável de como a retórica pode ser uma ferramenta poderosa para resistência, mudança social e redefinição de narrativas culturais. Ela emprega argumentos lógicos para reivindicar sua humanidade e dignidade como mulher negra, resistindo à maneira como as narrativas dominantes a categorizavam como inferior

4.3 Análise Argumentativa

Truth começa o seu discurso chamando atenção para a confusão presente na situação e, de forma astuta, sugere que essa confusão é sintomática de algo fora da ordem. Essa abordagem inicial é eficaz para capturar a atenção do público e criar uma atmosfera propícia para a entrega de argumentos mais substanciais

A apresentação de um argumento baseado na força física e na resistência de Truth, combinada com a ênfase na maternidade e na figura de Eva, ilustra uma aplicação eficaz da "argumentação por exemplo" e da "argumentação por analogia", usa suas próprias experiências como um testemunho vivo da força e resiliência feminina, ao desafiar diretamente a visão de inferioridade das mulheres.

O uso da contradição é evidente ao longo do discurso, onde Truth contrasta as noções idealizadas de feminilidade com sua própria experiência como mulher negra, menciona como "não me deixam subir na carruagem, por não ser mulher" e, em simultâneo, aponta para sua capacidade de realizar tarefas pesadas. A contradição entre a negação da humanidade dela como mulher negra e suas realizações concretas ressalta a hipocrisia das crenças predominantes.

Truth emprega argumentos dedutivos para desafiar as suposições sobre a inferioridade das mulheres negras. Utiliza exemplos concretos de sua própria experiência para criar argumentos baseados em fatos e evidências e demonstra que sua experiência como mulher negra refuta a ideia de fragilidade feminina. Isso se alinha com o conceito de "*topói*", que são tópicos ou argumentos comuns que podem ser invocados em situações retóricas específicas para construir uma linha de raciocínio convincente.

A oradora faz uso analogias para ilustrar argumentos lógicos. Por exemplo, compara sua força física com a dos homens e refuta a ideia de inferioridade feminina ao mencionar trabalhar como agricultora e carregar pesadas cargas, assim demonstra que as diferenças de gênero não a tornam menos capaz.

Ao utilizar uma pergunta retórica — "*Ain't I a Woman?* (E eu não sou uma mulher), — aparentemente simples, mas carregada de significado, cria uma ironia profunda, provoca os preconceitos da audiência e estabelece um tom desafiador. Com a repetição constante da pergunta (figura de presença), aliada a diferentes exemplos de força e resistência, expõe a

incongruência das crenças predominantes sobre a fragilidade das mulheres negras.

A oradora utiliza repetição, também, para enfatizar seu argumento. A frase “Ain’t I a Woman?” (E eu não sou uma mulher?), é repetida quatro vezes ao longo do discurso e reafirma a presença constante da questão ao reforçar a mensagem central. A repetição também permite que a audiência internalize a mensagem, enquanto Sojourner Truth desenvolve argumentos adicionais.

Mais à frente, ao abordar as preocupações dos homens brancos em relação aos direitos das mulheres, Truth utiliza de "ironia argumentativa". Ela destaca a aparente contradição entre a retórica dos homens brancos e suas próprias experiências ao desafiar a lógica por trás das objeções à igualdade de gênero. A referência ao "intelecto" introduz, também, um elemento de ironia, já que a personagem de Truth finge ignorância sobre o termo e destaca a aparente desconexão entre a discussão abstrata e as realidades tangíveis enfrentadas por mulheres negras. Isso serve para desafiar a validade das objeções apresentadas pelos oponentes. Truth usa a ironia retórica para destacar a discrepância entre as expectativas culturais e a realidade ao criar tensões retóricas, habilmente manipuladas, para destacar as contradições subjacentes nas concepções de gênero e raça.

Quadro 8 – Análise dos *Argumentos Retóricos* presentes no *Corpus*.

Fragmento	Análise
<i>Bem Filhos</i>	Aplicação do argumento " <i>capitatio benevolentiae</i> " Envolver a audiência, criar predisposição para ouvir.
<i>Onde há muita confusão deve haver alguma coisa fora da ordem</i>	A oradora utiliza a metáfora da confusão como indicativo de desordem sugere implicitamente que a luta pelos direitos das mulheres é uma tentativa de restabelecer a ordem social

<i>Eu acho que com essa mistura de niggers do Sul com as mulheres do Norte, todos falando sobre direitos, os homens brancos vão ficar em apuros logo.</i>	A linguagem provocativa e o uso do termo pejorativo "niggers" são deliberados para gerar uma reação emocional. A abordagem aqui é direcionada e aponta para as contradições percebidas nas hierarquias sociais e raciais.
<i>Mas sobre o que todos aqui estão falando?</i>	Essa pergunta retórica serve para realinhar a atenção do público e introduzir uma transição para a discussão central sobre os direitos das mulheres, e demonstra uma habilidade de Truth em controlar o fluxo e o foco do discurso
<i>Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, e que têm que ser erguidas para passarem sobre poças, e terem os melhores assentos em qualquer lugar.</i> <i>Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama e nem me deu o melhor lugar!</i>	Truth utiliza a contra argumentação, ao imaginar situações que contradizem a visão dos opositores. Ao expor a hipocrisia percebida na posição dos homens que defendem direitos das mulheres de maneira limitada, ela fortalece seu argumento.
<i>E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! [...] Tenho arado e plantado e ceifado, e nenhum homem poderia me superar! E eu não sou uma mulher?</i>	A ênfase em sua própria força física busca desafiar estereótipos de fragilidade associados às mulheres. Truth utiliza a técnica de "argumentação <i>ad personam</i>" ao incorporar sua própria identidade como prova viva de que as mulheres são capazes e merecedoras de direitos iguais.

<i>Eu tenho arado e plantado e ceifado, e nenhum homem poderia me superar! E eu não sou uma mulher?</i>	A repetição de "e" (polissíndeto) enfatiza a multiplicidade de papéis desempenhados por Truth e destaca sua versatilidade e contribuição para a sociedade
<i>Então eles ficam falando sobre essa coisa na cabeça; como é que chamam isso mesmo? ['Intelecto', sussurrou alguém perto]"</i>	A aparente ignorância de Truth em relação ao termo "intelecto" serve como uma estratégia retórica de "desculpa ignorante", ao subverter a lógica abstrata e destacar a desconexão entre discussões teóricas e realidades prática
<i>É isso, meu bem. O que isso tem a ver com os direitos das mulheres ou dos negros? Se meu copo só comporta meio galão, e o seu comporta um galão, não seria maldade sua não deixar minha meia-medida?"</i>	Truth introduz uma comparação analógica baseada na justiça distributiva, para apelar à equidade. Ao destacar a disparidade perceptível, ela questiona a moralidade subjacente à negação de direitos iguais, ao argumentar que é injusto restringir as oportunidades com base em características arbitrárias.
<i>Se meu copo só comporta meio galão, e o seu comporta um galão, não seria maldade sua não deixar minha meia-medida</i>	Aqui, Truth utiliza a ironia ao questionar se seria considerado "maldade" alguém negar sua "meia-medida". A ironia reside na inversão da lógica tradicional e aponta que a injustiça está em negar uma desigualdade percebida, ao invés de promover a igualdade.
<i>Aquele homenzinho de preto ali, ele diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens, 'porque</i>	A ironia nesta linha reside na crítica sutil ao argumento do homem, indicando que a lógica de negar direitos com base no gênero é questionável, especialmente ao trazer a origem de Cristo à tona. A pergunta "De onde vem o seu

<i>Cristo não era uma mulher!'. De onde vem o seu Cristo?</i>	Cristo?" sugere que a compreensão e interpretação de Cristo pelos opositores são questionáveis
<i>[Um trovão não teria paralisado a plateia tanto quanto aquela voz maravilhosa, profunda, enquanto ela ali se erguia, com os braços estendidos e o olhar de fogo.] De onde vem o seu cristo? Vem de Deus e de uma mulher! Homens não têm nada a ver com Ele.</i>	Ao utilizar uma linguagem metafórica, Truth, desafia a premissa de que as mulheres devem ter menos direitos baseando-se na figura de Cristo e denota que a própria fonte da divindade, Deus, tem uma ligação direta com uma mulher (Maria). Esse argumento questiona a fundamentação teológica da inferioridade das mulheres.
<i>Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o suficiente para virar sozinha o mundo de cabeça para baixo, estas mulheres juntas [e contemplou a plateia] devem ser capazes de trazê-lo de volta, e colocá-lo na posição certa novamente!</i> <i>E agora elas estão pedindo para fazer isso é melhor os homens deixarem. [Um longo e celebratório aplauso foi a resposta]. Obrigada por me ouvirem. Agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer.</i>	Truth faz uma apelação à "argumentação por analogia", conectando a força de Eva à força coletiva das mulheres na plateia. Ela apela à capacidade das mulheres de reverterem as injustiças e restaurarem a ordem, alinhando-se com a visão perelmaniana de um "ethos" coletivo que busca justiça e equidade Truth conclui seu discurso com uma nota de agradecimento e emprega uma estratégia de "modéstia" que ressoa com o "ethos" de sinceridade defendido por Perelman e Olbrechts-Tyteca. Ao encerrar seu discurso de maneira graciosa, ela reforça a ideia de que seu objetivo é promover a compreensão mútua e a igualdade, e encerra a experiência retórica de maneira impactante.

Fonte: Elaborado pela autora.

Truth não apenas apresenta seus argumentos, mas antecipa e rebate objeções

potenciais, ao fazer isso, ela fortalece sua posição, demonstra uma consciência crítica e a habilidade de confrontar perspectivas contrárias. Esse tipo de abordagem é consistente com a técnica de "tópico do adversário", estudados por Perelman e Olbrechts-Tyteca. A descrição da voz de Truth como "maravilhosa, profunda" sugere uma atenção ao ritmo e à entonação do discurso. Esses elementos contribuem para a persuasão e criam uma cadência envolvente que cativa a audiência. O uso consciente do ritmo é uma estratégia retórica que visa manter o interesse e a atenção do público.

Sojourner Truth emprega paralelismos estruturais e semânticos em várias partes do discurso com a criação de repetições intencionais para enfatizar ideias-chave. Por exemplo, a repetição da pergunta "E eu não sou uma mulher?" utiliza paralelismo semântico para destacar diferentes dimensões da feminilidade e da força.

O gesto de Truth ao erguer o punho para mostrar sua força muscular é simbólico e poderoso. O simbolismo físico fortalece a argumentação e transforma a experiência pessoal em um símbolo visual da força das mulheres negras. Truth conclui o discurso de maneira estratégica, ao agradecer à audiência e encerrar sua fala com a frase "Agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer." Essa conclusão aparentemente modesta reforça a ideia de que sua mensagem é clara e convincente, sem a necessidade de mais argumentação.

A oradora faz concessões estratégicas ao longo do discurso, como ao concordar com a ideia de "intelecto", mas questionar sua relevância para os direitos das mulheres. Essas concessões demonstram uma sofisticação retórica ao reconhecer pontos de vista opostos, ao mesmo tempo, em que mantém a integridade de sua própria posição.

Por fim, a estrutura geral do discurso reflete uma abordagem retórica eficaz, com uma progressão lógica e uma conclusão impactante, de natureza patética. Truth recorre à diferentes estratégias em cada parte do processo retórico, desde a escolha de palavras até gestos físicos, o que contribui para uma comunicação persuasiva e envolvente. A performance física de Truth, evidenciada pela descrição da plateia e dos gestos, destaca a importância da ação na transmissão efetiva de sua mensagem. Em conjunto, a análise do processo retórico no texto de Sojourner Truth destaca a maestria da oradora em cada etapa ao criar uma narrativa coesa e persuasiva que ressoa com a audiência.

4.3.1 Argumentos Lógicos e Revolucionários

A análise sociorretórica desse discurso revela uma interseção complexa entre as categorias de gênero e raça no contexto histórico dos Estados Unidos do século XIX. Truth

enfrentou não apenas a opressão de gênero, mas também as consequências nefastas da escravidão e do racismo institucionalizado. Ao articular seus argumentos de maneira astuta, demonstrou uma compreensão aguçada das estruturas sociais que perpetuavam a desigualdade.

A oradora confrontou estereótipos e normas de gênero que restringiam as mulheres, especialmente as mulheres negras, a papéis limitados na sociedade. Sua abordagem "*Ain't I a Woman?*" desafiou a noção convencional de feminilidade, ao destacar a força, resiliência e humanidade das mulheres negras — em um contexto onde essas mulheres eram frequentemente desumanizadas. Truth revolucionou a discussão ao afirmar a plena igualdade de gênero.

Ao incorporar questões raciais em seu discurso, trouxe à tona a interseccionalidade da opressão ao questionar a representação tradicional da mulher, que muitas vezes excluía as experiências das mulheres negras. A conexão entre raça e gênero emergiu de maneira eloquente quando referenciou a maternidade de Cristo e evidenciou que a figura central da fé cristã tinha laços diretos com uma mulher e, por extensão, com as mulheres negras.

Quadro 9 - Análise dos *Argumentos Racionais* presentes no *Corpus*.

Categoria	Fragmento	Análise
Rebatimento de Objecções	<i>Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, e que têm que ser erguidas para passarem sobre poças, e terem os melhores assentos em qualquer lugar."</i>	Aborda as objeções dos homens brancos em relação aos direitos das mulheres, utilizando argumentos baseados em sua própria experiência e desafiando a lógica das objeções.
Desconstrução de Estereótipos	<i>"Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama e nem me deu o melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço!</i>	Ao abordar diretamente as objeções dos homens brancos sobre as mulheres negras, Truth utiliza sua própria experiência para refutar as ideias preconcebidas. Isso não apenas destaca a racionalidade de sua posição, mas também fortalece sua

		credibilidade ao enfrentar objeções com fatos e vivências reais.
Desconstrução de Estereótipos Rebatimento de Objecções	<i>[E ela ergueu o punho para revelar sua tremenda força muscular]."</i> "Tenho arado e plantado e ceifado, e nenhum homem poderia me superar! E eu não sou uma mulher?	Truth apresenta argumentos racionais relacionados à igualdade de força e capacidades entre homens e mulheres. Ela destaca suas próprias experiências de trabalho árduo e resistência e questiona a lógica por trás das objeções aos direitos das mulheres.
Desconstrução de Estereótipos	<i>E eu não sou uma mulher?</i>	Este questionamento destaca a disparidade entre as ideias tradicionais sobre a fragilidade feminina e sua própria presença imponente. O argumento é baseado na lógica e na experiência pessoal de Truth e evidencia a racionalidade subjacente.
Crítica à Abstração Intelectual	<i>Então eles ficam falando sobre essa coisa na cabeça; como é que chamam isso mesmo? ['Intelecto', sussurrou alguém perto] É isso, meu bem.</i>	Questiona a conexão entre "intelecto" e os direitos das mulheres. Isso serve para questionar a validade da oposição ao movimento pelos direitos das mulheres.
Questionamento Teológico	<i>Aquele homenzinho de preto ali, ele diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens, 'porque Cristo não</i>	Ao questionar a origem divina de Cristo, vinculando-o a uma mulher (Maria), Truth introduz um argumento racional. Ela desafia a base teológica da subjugação feminina e questiona a lógica por trás

	<i>era uma mulher!'. De onde vem o seu Cristo?</i>	da exclusão das mulheres dos direitos iguais.
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 10 - Análise das *Argumentos Revolucionários* presentes no *Corpus*.

Fragmento	Análise
<i>"Bem, filhos, onde há muita confusão deve haver alguma coisa fora da ordem."</i>	Truth sugere que a confusão na sociedade indica desordem, e instiga questionamentos e transformações.
<i>"E eu não sou uma mulher?"</i>	Ao questionar sua própria feminilidade, Truth não apenas desafia as expectativas sociais, mas também a definição tradicional de feminilidade, e o estereótipo da mulher frágil. Introduce uma abordagem revolucionária ao confrontar as normas sociais estabelecidas.
<i>De onde vem o seu cristo? Vem de Deus e de uma mulher! Homens não têm nada a ver com Ele.</i>	Quando questiona a base para negar direitos às mulheres com fundamentação no gênero de Cristo, Truth introduz um elemento revolucionário. Sua declaração de que Cristo vem <i>"de Deus e de uma mulher"</i> desafia as normas sociais e religiosas da época, sugerindo uma mudança radical na interpretação e compreensão das figuras religiosas.
<i>Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o suficiente para virar sozinha o mundo de cabeça para baixo, estas mulheres juntas [e contemplou a</i>	Utilizando a história de Eva, Truth sugere, simbolicamente, que as mulheres têm o poder de desafiar e reverter estruturas injustas, o que evidencia uma abordagem revolucionária.

<i>plateia] devem ser capazes de trazê-lo de volta, e colocá-lo na posição certa novamente!</i>	
<i>E agora elas estão pedindo para fazer isso é melhor os homens deixarem.</i>	A conclusão do discurso, onde Truth afirma que as mulheres estão pedindo para fazer as mudanças e que os homens deveriam permitir, representa um apelo à ação, encorajando uma revolução nas relações de gênero e na sociedade.

Fonte: Elaborado pela autora.

A abordagem retórica de Sojourner Truth foi meticulosamente elaborada, constituindo uma fusão intrincada de argumentos racionais e revolucionários. No âmbito dos argumentos racionais, Truth fundamentou suas posições em bases sólidas, recorrendo à lógica perspicaz, suas próprias experiências vívidas e indagações teológicas. Esses elementos racionais proporcionaram à sua mensagem uma base robusta, ancorada na coerência e na autoridade das vivências pessoais.

Paralelamente, os elementos revolucionários de sua retórica foram habilmente empregados para desafiar as estruturas sociais estabelecidas. Ao desconstruir estereótipos arraigados, subverter convenções preconcebidas e apelar à consciência moral de sua audiência, Truth não apenas instigou uma reconsideração profunda das normas sociais, mas também provocou uma reavaliação fundamental dos alicerces sobre os quais essas normas se sustentavam.

A desconstrução de estereótipos permitiu a Truth desafiar as representações convencionais, ao destacar a disparidade entre esses estereótipos e sua própria presença imponente. A inversão de convenções, no que lhe concerne, introduziu uma abordagem revolucionária ao confrontar as normas sociais estabelecidas, rompendo com as expectativas preexistentes sobre o papel e a identidade das mulheres.

Ao apelar à consciência moral de sua audiência, Truth não apenas persuadiu intelectualmente, mas também provocou uma reflexão ética profunda sobre a validade e a justiça das normas sociais vigentes. Esse apelo à moralidade não apenas reforçou seus

argumentos racionais, mas também incitou uma avaliação crítica das estruturas morais e éticas subjacentes à sociedade da época.

Em última análise, a estratégia retórica de Sojourner Truth transcendia a mera comunicação persuasiva; ela funcionava como um chamado à ação intelectual e moral, semeando uma transformação profunda nas percepções sociais arraigadas. Essa abordagem equilibrada e aprofundada consolidou o impacto duradouro de sua retórica no campo das ciências sociais, desafiando continuamente a compreensão convencional e inspirando reflexões críticas sobre as normas sociais e de gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sojourner Truth, uma figura proeminente na história dos direitos civis e do movimento feminista do século XIX, destaca-se por sua abordagem singular e perspicaz ao discutir as disparidades de gênero e as questões raciais. Seu discurso icônico "*Ain't I a Woman?*", proferido na Convenção dos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, em 1851, é uma obra-prima retórica que revela sua profunda compreensão das dinâmicas sociais da época. A habilidade retórica de Truth em articular argumentos racionais e revolucionários, entrelaçados com uma profunda consciência das interseções entre gênero e raça, conferiu à sua mensagem uma ressonância duradoura.

Truth desafiou com destemor as amarras dos estereótipos e das normas de gênero que confinavam as mulheres, especialmente as mulheres negras, a papéis socialmente restritos. Em seu notável discurso não apenas questionou, mas redefiniu intrépida a noção convencional de feminilidade. Nesse cenário em que as mulheres negras eram frequentemente subjugadas e despojadas de sua humanidade, engendrou uma revolução na discussão ao afirmar de modo intransigente a plena igualdade de gênero que reverbera como um ato de resistência e afirmação de identidade diante das formas sistêmicas de desumanizações enfrentadas pelas mulheres negras na sociedade da época. Ao entrelaçar de forma perspicaz as dimensões raciais em sua oratória, trouxe à luz a complexidade da interseccionalidade da opressão.

Em seu questionamento incisivo, desafiou a representação tradicional da mulher, que sistematicamente excluía as experiências das mulheres negras. A eloquência de Truth atingiu seu ápice ao conector de maneira profunda raça e gênero ao resgatar a maternidade de Cristo como exemplo para evidenciar que a figura central da fé cristã estava intrinsecamente ligada a uma mulher e, por extensão, às mulheres negras, com isso contribuiu para a emergência do diálogo sobre interseccionalidade nas ciências sociais.

Além disso, a habilidade de Truth em articular argumentos racionais foi evidente em sua desconstrução de estereótipos, no enfrentamento direto das objeções e na crítica à abstração intelectual. Sua retórica sólida fundamentava-se na lógica, na experiência pessoal e no questionamento de preconceitos arraigados ao desafiar estruturas sociais que perpetuavam a desigualdade.

Ao analisar o discurso de Sojourner Truth, destaca-se sua maestria retórica ao empregar estratégias persuasivas. A habilidade de Truth em alinhar seus argumentos aos "topói" tradicionais, adaptando-os ao contexto da audiência, revela uma sofisticação notável. Sua escolha estratégica de enunciação, ao compartilhar experiências pessoais em primeira pessoa,

fortalece seu *ethos* e cria uma conexão emocional profunda.

No domínio da argumentação, Truth utiliza eficazmente o rebatimento de objeções ao antecipar e confrontar críticas potenciais. O ritmo e a entonação cuidadosamente empregados em sua oratória destacam a importância do aspecto vocal na persuasão. O uso habilidoso do paralelismo, simbolismo e a estratégia de conclusão refletem a maestria retórica de Truth, ao encerrar seu discurso de maneira impactante. Já as concessões estratégicas evidenciam sua capacidade de reconhecer perspectivas opostas sem comprometer sua posição central.

Em síntese, a análise retórica revela que Sojourner Truth não apenas domina os elementos fundamentais da retórica, mas os manipula de maneira habilidosa para construir um discurso persuasivo, autêntico e poderoso. Um exemplo poderoso de como a persuasão eficaz pode ser alcançada através da combinação sutil de elementos retóricos. Sua habilidade em envolver a audiência por meio da enunciação, rebater objeções, controlar o ritmo, empregar paralelismos, usar simbolismo, estrategicamente concluir e fazer concessões estratégicas, atesta sua maestria como uma oradora eficaz e influente.

O discurso de Sojourner Truth não apenas ressoa como um episódio significativo na batalha pelos direitos civis e femininos, mas transcende para se tornar um legado duradouro nas ciências sociais. Sua eloquência intrépida e a habilidade primorosa de articular questões de raça, gênero e interseccionalidade enriquecem sobremaneira os diálogos acadêmicos e as análises críticas. Este discurso, longe de ser uma peça isolada no cenário histórico, atua como uma testemunha potente da eficácia da retórica enquanto agente propulsor da mudança social.

A dimensão interseccional do discurso de Truth é particularmente saliente, pois não se limita à abordagem de uma única faceta da opressão, mas habilmente entrelaça as complexidades da raça e do gênero. Ao fazê-lo, o discurso não apenas desafia as normas sociais predominantes da época, mas também estabelece um marco analítico para as ciências sociais contemporâneas. Sua perspicácia retórica transcende o contexto histórico imediato e continua a inspirar reflexões profundas sobre as interconexões complexas entre identidades e opressões.

O legado de Sojourner Truth nas ciências sociais é marcado pela sua habilidade em dar voz à experiência de mulheres negras e, ao mesmo tempo, conectá-la a questões mais amplas de justiça social. Seu discurso não é meramente uma peça oratória, mas uma contribuição substancial para a compreensão crítica das estruturas sociais e de poder. A análise retórica revela não apenas a persuasividade imediata de suas palavras, mas também a profundidade de sua compreensão das dinâmicas sociais e das estratégias retóricas como instrumentos de resistência e transformação.

Assim, o discurso de Sojourner Truth se torna um farol nas ciências sociais ao iluminar

as interseções intrincadas de raça e gênero e inspirar pesquisas e debates que transcendem fronteiras temporais. Seu impacto não se limita ao palco da Convenção dos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, mas ecoa como um chamado persistente para a análise crítica das estruturas sociais e a luta contínua pela equidade e justiça.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria. Sojourner Truth. *In*: DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luna Ribeiro (Orgs.). **Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX**. Niterói: Eduff, 2022.
- ALLEN, James P. *In*: **Middle Egyptian: An Introduction to the Language and Culture of Hieroglyphs**. 2000.
- AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica. Arte poética**. São Paulo: Ediouro, 1998.
- AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de; DAMASCENO, Rubens. **Introdução à Análise da Argumentação**. Campinas-SP: Pontes, 2022.
- BACHELARD, Gaston. **La poétique de l'espace**. Paris: Les Presses universitaires de France, 1957. Tradução de Antônio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BEARD, Mary. **Mulheres e Poder: Um Manifesto**. São Paulo: Ed. Crítica, 2018.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, vol. I.
- BLOCH, R. Howard. **Misoginia Medieval e a invenção do Amor**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRECHT, Bertold. **Poemas 1913-1956**. Seleção e tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPBELL, Karlyn Khors; HUXMAN, Susan Schultz; BURKHOLDER, Thomas R. *In*: **Atos Retóricos – Para Pensar, falar e escrever**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- CARDOSO, Carla; SILVEIRA, Julio. **E eu não sou uma mulher? A narrativa de Sojourner**

Truth. São Paulo: Ímã Editorial, 2020.

CARMELINO, Ana Cristina; FERREIRA, Luiz Antônio. In **Entrepalavras**, Fortaleza, v.9, n.1, p 209-230.

CASTORIADIS, Cornelius. **The Imaginary Institution of Society**. Cambridge: MIT Press, 1984.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CORBETT, Edward P. J.; CONNORS, Robert J. **Retórica Clássica para o estudante Moderno**. Campinas: CEDET, 2022.

COSTA E SILVA, Alberto da. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1996.

CRENSHAW, Kimberlé W. “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero”. **Estudos Feministas**, ano 10, nº 1/2002, pp. 171-188, 2002.

DA SILVA, Carolina MaChado Cyrillo. **Chaim Perelman: Da Argumentação à Justiça: Um retorno a Aristóteles**. Porto Alegre: Linus, 2008.

DARIO Antiseri; Giovanni Reale. **História da Filosofia e do Pensamento Político: Antiguidade e Idade Média**. 2005.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIBBERN, Cynthia Helena. **As virtudes da Narratio no De Oratore, de Cícero**. In **Letras Clássicas**, São Paulo, v. 19, 2015, p. 55-68.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 194.

FERREIRA, Luiz Antônio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2017.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GAINES, Howe Janet. **A história de Lilith, a primeira mulher de Adão que foi banida da Bíblia**. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/anaoxum/a-histria-de-lilith-a--primeira-mulher-de-ado-que-foi-banida-da-bblia>.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GEBARA, Ivone. In: **Mulheres, Religião e Poder – Ensaio Feministas**. 2017.

GOMES, Acir de Matos. “Autoajuda” para bem falar em público. In FERREIRA, Luiz Antônio. **Artimanhas do Dizer- Retórica, Oratória e Eloquência**. São Paulo: Blucher, 2017, p. 124-197.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Para uma teoria geral da argumentação: questões teóricas e aplicações didáticas**. 2010. 434 f. Tese – Universidade do Minho, Portugal, 2010.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. In: **Educação & Realidade**, jul/dez. 1997. p. 15-46.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. E-book.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Trad. de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KENNEDY, George A. **Comparative rhetoric – a historical and cross-cultural introduction**. New York: Oxford University, 1997.

Korus, Nicoli Midori. **Retomando o debate igualdade vs. Diferença a partir de autoras clássicas: um argumento intermediário**, in **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos** 6(11), 110-123, 2017.

MAGALHÃES, Ana Lúcia. **Oratória Grega e Romana. Algumas Considerações**. In:

FERREIRA, Luiz Antônio (Orgs). **Artimanhas do Dizer - Retórica, Oratória e Eloquência**. São Paulo: Blucher, 2017, p. 7-24.

MASSIMI, Marina. **Imagens, Dinamismo Sensorial e Elaboraões Retóricas no Brasil Colonial**. In: **Revista Interamericana de Psicologia/ Interamerican Journal of Psychology**. 2009 – v.43, no.2, p. 374-382.

MASSMAN, Débora. **Estudos da argumentação no século XX: história, desdobramentos e rupturas**. In: PIRIS, Eduardo Lopes; RODRIGUES, Maria das Graças Soares. **Estudo sobre Argumentação no Brasil hoje: modelos teóricos e analíticos**. Natal, RJ: EDUFRN, 2020, p. 11-44.

MATEUS, Samuel. **Introdução à Retórica do Século XXI**. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior, 2018.

MENEZES, William Augusto. **Faces e usos da argumentação**. In: MARI, Hugo, MACHADO, Ida Lúcia; MEYER, Michel. **A Unidade retórica e seus componentes: éthos, pathos, logos**.

MUCHEMBLED, Robert. **Com o Diabo na História**. In: *Revista História viva: Duetto*, n.12, São Paulo, 2006.

PAULINELLI, Maysa de Pádua Teixeira. **RETÓRICA, ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO EM RETROSPECTIVA**. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 14, n. 2, p. 381–409, maio 2014.

PERELMAN, Chaïm. **O império retórico: retórica e argumentação**. Edições ASA, 1993

PERELMAN, Chaïm. **Lógica Jurídica: nova retórica**. Tradução de Verginia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria E.G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PESAVENTO, Sandra J. **Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, nº. 29, p. 9-27, 1995.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. 2. ed. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. In: *Gender and the politics*

of history. New York: Columbia University Press, 1989. Tradução Christine Rufino Dabat Maria e Betânia Ávila.

SENA, Geane Cássia Alves; FIGUEIREDO, Maria Flávia. **Um estudo da Teoria da Argumentação da Retórica Aristotélica à Teoria dos Blocos Semânticos**. Diálogo das Letras, Pau dos Ferros, v. 02, n. 01, p. 4 – 23, jan./jun. 2013.

SILVA, Érica Cristhyane Moraes da. **O Cristianismo, Poder e espaço na Antiguidade Tardia**. 2016.

SILVEIRA, Ronie Alexsandro Teles da. **Gênero e tecnologia**. Gênero, v. 16, nº 2, 2016.

SOJOURNER, Truth. “**Ain’t I a Woman? (E eu não sou uma mulher?)**”- O discurso. In: E eu não sou uma mulher? A narrativa de Sojourner Truth. CARDOSO e SILVEIRA (ed). São Paulo: Ímã Editorial, 2020.

TOULMIN, Stephen E. **Os usos do argumento**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1958].

TRINGALI, Dante. **A Retórica Antiga e Outras Retóricas – a Retórica como crítica Literária**. São Paulo: Musa Editora, 2014.

TRINGALI, Dante. **Introdução à Retórica: A Retórica como crítica literária**. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

VASCONCELOS, Beatriz Ávila. **Quatro Princípio da Educação Oratória segundo Quintiliano**. Revista Phais, 2002 (2), p. 202-225.

VELASCO, Mercedes Jabardo. (2012). **Introducción. Construyendo puentes: en diálogo**.

VERCEZE, Rosa Maria Nechi. **Gêneros Textuais no processo de Ensino-Aprendizagem**. In: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, São Paulo, 37 (2): 47-53, maio-ago. 2008.

WACHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brígido Vizeu. **Representações sociais, representações individuais e comportamento**. Interam. j. psychol. [online]. 2007, vol.41, n.3, pp. 379-390.